



Instituto Brasiliense de Direito Público
Escola de Administração Pública de Brasília
Mestrado Profissional em Administração Pública

FELIPE ANTÔNIO ESPIRITO SANTO

FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS: PAPÉIS E FORMAS DE ATUAÇÃO NO BRASIL

Brasília

2019

FELIPE ANTÔNIO DO ESPIRITO SANTO

FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS: PAPÉIS E FORMAS DE ATUAÇÃO NO BRASIL

Dissertação apresentada à Escola de Administração Pública do Instituto Brasiliense de Direito Público como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cavalcante

Brasília

2019

Espirito Santo, Felipe Antônio do

Fundações Partidárias: papéis e formas de atuação no Brasil / Felipe Antônio do Espirito Santo – Brasília: 2019

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Instituto Brasiliense de Direito Público, Escola de Administração Pública, 2019.

Orientação Professor: Prof. Dr. Pedro Cavalcante

1.Brasil 2.Capacitação 3.Fundações Partidárias 4.Ideologia 5.Partidos Políticos

FELIPE ANTÔNIO DO ESPIRITO SANTO

FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS: PAPÉIS E FORMAS DE ATUAÇÃO NO BRASIL

Dissertação apresentada à Escola de Administração Pública do Instituto Brasiliense de Direito Público como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Cavalcante
Instituto Brasiliense de Direito Público – Presidente

Prof. Dr. Antônio Lassance
Instituto Brasiliense de Direito Público – Membro Externo

Prof. Dr. Alexandre Gomide
Instituto Brasiliense de Direito Público – Membro Externo

Brasília, julho de 2019.

Dedico esta pesquisa às ações tomadas para a qualificação
do ambiente político partidário brasileiro.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora por me sustentarem em fé e perseverança.

Aos meus pais, Fernando e Nete, pela criação, amor e ensinamentos, em especial, a minha mãe, por sempre incentivar meus projetos acadêmicos e, também, ao meu padrasto, Edécio.

À minha esposa, Bárbara, meu amor, pela compreensão e incentivo durante o mestrado, sendo fonte de ternura e bem-estar.

Ao meu filho, Lorenzo, por ser minha motivação de vida e estimulador dos meus sonhos e conquistas, tendo chegado em meus braços durante o desenvolver da dissertação.

Ao Professor Dr. Pedro Cavalcante, meu orientador, sempre solícito e colaborativo, detentor de um grande preparo acadêmico e competência que foram fundamentais na evolução da dissertação.

Ao Professor Dr. Antônio Lassance, membro da banca examinadora, pelas sugestões e atenção, sendo admirado por mim, como referência profissional, desde a minha graduação, quando fui seu aluno.

Ao Professor Dr. Alexandre Gomide, membro da banca examinadora, pelas sugestões e atenção, em especial, por compartilhar relevante conhecimento acerca da inspiração democrática brasileira pós 1964.

Aos meus colegas de turma, pela seriedade e compartilhamento de experiências, bem como descontração na convivência acadêmica.

Ao IDP, por ofertar um corpo docente qualificado e um programa acadêmico sólido no tocante à administração pública brasileira.

Obrigado!

*“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz,
de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”*

Paulo Freire

RESUMO

A dinâmica que envolve a atuação das fundações partidárias brasileiras é o foco central da presente pesquisa, não deixando de lado, porém, os institutos de pesquisa, igualmente vinculados aos partidos políticos. A relação entre as fundações, institutos e partidos políticos é amplamente abordada, com destaque para a autonomia de gestão entre as instituições, mesmo quando evidenciada a convergência de pautas. Para contextualizar o cenário atual do ambiente político brasileiro, busca-se apresentar a evolução dos partidos e da legislação eleitoral do país, com destaque para assuntos relativos ao sistema eleitoral com o novo regramento que impõe cláusula de desempenho para as agremiações partidárias e, principalmente, no tocante ao financiamento partidário, de campanha e das fundações. Outro aspecto relevante se destaca quando analisada a atuação dos órgãos de fiscalização e controle, estes, impondo normas que direcionam a forma de performance das fundações. Demonstra-se, com isso, mais detalhadamente, a relação que se estabelece no trânsito de expedientes entre fundações e partidos políticos. Já com relação a questões metodológicas da pesquisa, tem-se uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com análise documental e coleta de dados públicos que possibilitam a promoção de apreciações de como os braços acadêmicos do partido atuam e direcionam seus recursos. Por fim, é apresentado momento focado, especificamente, em como atuam as fundações, por meio do compartilhamento do ambiente das entidades delimitadas e a contribuição de dois dirigentes, um de fundação e outro de instituto, para assim, concluir com os desafios que englobam o vasto ambiente das fundações partidárias.

Palavras-chave: Brasil. Capacitação. Fundações Partidárias. Ideologia. Partidos Políticos.

ABSTRACT

The dynamics surrounding the participation of the foundations of Brazilian companies is the main focus of the present research, not leaving aside, however, the research institutes, likewise linked to political parties. The interface between foundations, institutes and exhibition parties is widely discussed, with emphasis on the capacity of management of institutions, while at the same time showing a convergence of agendas. In order to contextualize the date of the Brazilian election, the aim is to present the evolution of the parties and of the electoral legislation of the country, highlighting the issues related to the electoral system with the new regulation that imposes the performance clause for the party agendas and, mainly, regarding the financing, the campaign and the foundations. Another relevant aspect stands out when the inspection and control bodies are analyzed, imposing the norms that guide the performance of the foundations. It demonstrates, thus, in more detail, the relation that is established in the transit of expedients between foundations and political parties. With the methodological questions of the research, we have a qualitative approach of exploratory character, with documentary analysis and data collection that makes possible the accomplishment of research on the academic aspects of the process and its resources. Finally, it consists of events focused specifically on foundations, through the sharing of organizations and directed initiatives, the foundation and the end of the institute, to conclude with the challenges that encompass the vast environment of party foundations.

Keywords: Brazil. Capacity. Political Foundation. Ideology. Political Parties.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Demonstrativo Contábil FRB 2017.....	48
Gráfico 2	Demonstrativo Contábil FJM 2017.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Atingimento da cláusula de barreira pelos partidos.....	31
Quadro 2	Partidos Políticos e suas Fundações ou Institutos.....	33
Quadro 3	Instituições que mais Devolveram Recursos para seus Partidos (2017).....	35
Quadro 4	Atividades das Fundações.....	40
Quadro 5	Repasse do Fundo Partidário para Partidos e Fundações (2019).....	42
Quadro 6	Análise no Ambiente das Instituições.....	47

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal de 1988
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
FJM	Fundação João Mangabeira
FRB	Fundação Republicana Brasileira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ITV	Instituto Teotônio Vilela
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Ministério Público
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SDD	Partido Solidariedade
SPCA	Sistema de Prestação de Contas Anual
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 REFERENCIAL E PROCEDIMENTOS	19
1.1 Referencial Teórico.....	19
1.2 Metodologia.....	22
2 ALTERAÇÕES NO AMBIENTE POLÍTICO PARTIDÁRIO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS E INSTITUTOS	26
2.1 Alteração na Estrutura de Financiamento dos Partidos e seus Reflexos sobre as Fundações e Institutos.....	26
2.2 Prestações de Contas e Recursos Devolvidos.....	31
3 ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	35
3.1 O que fazem as Fundações e Institutos.....	35
3.2 Percepção de Dirigentes.....	40
3.3 Órgãos de Fiscalização e Controle.....	45
3.4 Transparência de atuação das Fundações e Institutos por meio de Canais de Comunicação Digital.....	46
3.5 Administração Financeira das Fundações (Aplicação dos Recursos).....	51
3.6 Autonomia e Sustentabilidade Financeira das Fundações.....	55
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61
ANEXO	64
APÊNDICES	65
Apêndice A: Demonstrativos contábeis dos partidos políticos analisados....	
Apêndice B: Declaração do Ministério Público de São Paulo.....	
Apêndice C: Demonstrativos contábeis da FRB.....	
Apêndice D: Demonstrativos contábeis da FJM.....	
Apêndice E: Cartões de CNPJ.....	

INTRODUÇÃO

As fundações político partidárias, ou institutos que possuem as mesmas atribuições, são instituições criadas, obrigatoriamente, pelos partidos políticos com a finalidade de auxiliar as agremiações na difusão de sua ideologia e pensamento perante a sociedade civil. Embora possuam uma finalidade auxiliadora na solidificação do projeto político de um partido, as fundações e institutos devem – e possuem respaldo legal para isto – permanecer autônomas em relação a sua instituição criadora: os partidos.

O caráter autônomo das fundações, quando mencionadas neste trabalho, poderá se referir igualmente aos institutos. Em relação aos partidos políticos, a autonomia também é notória, inclusive no que tange ao normativo legal. A Lei nº 9.096 de 1995, à qual as agremiações partidárias estão submetidas e que regula suas atividades, não trata com maior detalhamento em seu texto normativo as fundações, mas cita no caput do art. 44 a destinação financeira que deverá ser feita para elas. As fundações, regidas por uma legislação à parte, positivada na Resolução nº 22.121/2005 do Tribunal Superior Eleitoral, estão em consonância com o Código Civil, especificamente com o artigo 62, no que diz respeito às fundações, não ignorando também os institutos (TSE,2019).

Mais detalhadamente quanto ao papel das fundações – mesmo contendo um caráter de auxílio acadêmico na difusão da ideologia dos partidos a que se vinculam – elas apresentam maior amplitude em suas atividades ao elaborar conteúdo discursivo e reflexivo sobre a democracia, os diferentes modelos de governo, o sistema pluripartidário brasileiro, cidadania, sistema de ideias políticas e demais temáticas correlatas tanto à política, quanto à sociedade e suas instituições.

Para o desenvolver as questões que abordam o papel das fundações partidárias, vale, a título de contribuição, citar que houve processo de evolução dos partidos no Brasil, principalmente no tocante ao progresso da legislação, mesmo que estes só tenham passado a ter obrigatoriedade de institucionalizar as fundações ou institutos após a redemocratização.

O Brasil passou por momentos de enfrentamento ao pluripartidarismo, que foram superados. Ocorreram também atualizações mais densas no regramento eleitoral e amadurecimento a partir de 1988 e, com isso, houve o fortalecimento da nossa democracia representativa, por serem os partidos, instrumento de propagação

de ideias e projetos políticos. (NASPOLINI, 2006).

Mencionando nossa última Constituição, a de 1988, cabe citar que ocorreram maior número de alterações referentes aos partidos políticos dentro de uma estrutura constitucional, principalmente no que se refere a espaços a serem ocupados pelas agremiações na representação política, como no Congresso Nacional. Na CF de 88, houve uma ampla liberdade para as legendas, tanto para a criação quanto para a independência em seu funcionamento interno, respeitando critérios factíveis presentes na legislação eleitoral. O pluripartidarismo ficou assegurado, bem como, o acesso ao fundo partidário e ao tempo gratuito de TV e rádio, fatores que colaboraram para expansão da presença e de ideias partidárias. A partir desse momento, os partidos começaram a trabalhar com mais previsibilidade para sua existência institucional. Com isso, processos para atração de filiados, formação de militância e alcance de mandatos passaram a ser trabalhados com maior segurança jurídica. Dessa forma, o espaço para o surgimento dos braços acadêmicos dos partidos, as fundações ou institutos partidários foi reforçado (MEZZARROBA, 2005).

Atualmente os partidos respeitam, além das premissas constitucionais da Carta Magna de 1988, conforme citado, a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, lei pela qual são regidos e que também apontou tratativa para a organização e criação dos partidos políticos. Cabe destacar que ocorreram atualizações da legislação após 1995, principalmente em formato de resoluções advindas do TSE, porém, a centralidade da Lei nº 9.096 ainda é preservada para a atuação dos partidos políticos brasileiros.

Com a abordagem feita e a citação constitucional acerca dos partidos políticos, registrando o surgimento das fundações partidárias, é possível afirmar que essas instituições possuem atribuição quanto à consolidação do sistema democrático e que sua autonomia precisa se direcionar a representar a pluralidade social e não a se estruturar em torno do governo. Importante, também, apresentar responsabilidade com o Estado democrático de direito, prestando contas e não permitindo que seja rompida a relação de confiança entre representantes e representados (ZAMPIERI, 2014).

Mesmo em segundo plano neste estudo, incumbe menções aos partidos políticos, por serem instituições que subsidiam e instituem as fundações ou institutos partidários; não há, portanto, criação de um instituto ou fundação político partidária sem o partido político. Nada impede, porém, que a fundação ou o instituto, a depender

do seu estatuto, continue a existir mesmo após possível extinção de um partido político. Na já mencionada Lei nº 9.096 de 1995, que marcou amparo de melhoria para a atuação dos partidos, também ficou configurada a estabilidade democrática na esfera das agremiações. Além disso, foi naquele momento de 1995, que se deu a apresentação de obrigatoriedade de os partidos criarem um instituto ou uma fundação de pesquisa, doutrinação e educação política. Na ocasião, ficou estabelecido o fortalecimento das fundações partidárias, diferentemente do formato em que as entidades foram abarcadas em momentos anteriores (REIS; GRILL, 2017).

O vínculo institucional necessário entre fundações partidárias, os institutos e os partidos políticos, se configura nesse período. Portanto, é disponibilizada convergência de análise tanto das fundações quanto dos institutos em determinados momentos do presente trabalho. O subsídio financeiro, a legislação e a responsabilidade para com a formação de quadros dos partidos políticos, que porventura ocupem espaços na administração pública, percebem influência das atividades abarcadas pelas fundações e institutos. As instituições tem potencial de serem fomentadoras de boas práticas perante o ambiente público, quando ali estiver presente algum quadro que recebeu apoio dos braços acadêmicos dos partidos políticos (TSE, 2019).

No que se refere a inspiração para o surgimento das fundações partidárias brasileiras, muito se discute, concomitantemente, sobre a inspiração do nosso sistema político partidário e, igualmente, acerca do sistema eleitoral brasileiro. Quando isso ocorre, o formato adotado na Alemanha é mencionado. Após a segunda guerra mundial e a queda do regime nazista, a Alemanha precisou se reestruturar, incentivar a participação política dos cidadãos e caminhar para superação do turbulento momento vivido. Então, nesse momento, a discussão partidária recebeu especial atenção juntamente com as instituições que atuavam diretamente nesse estímulo político, contemplando as fundações e dando espaço para a estruturação dos partidos políticos e seus braços acadêmicos (FERNANDES; DANTAS, 2019).

No Brasil, após períodos de autoritarismo, se discutia a melhor forma de participação social no ambiente político. Destacando o momento após a ditadura militar, tem-se o retorno do pluripartidarismo e a institucionalização dos institutos e fundações partidárias, até mesmo por meio da inspiração alemã que estimulou a politização de sua sociedade. Essa argumentação foi compartilhada pelo senhor Miro Teixeira, ministro e deputado constituinte quando narrou que Mário Covas e Franco

Montoro evidenciaram sensível influência alemã na pauta político partidária da constituinte, sendo Montoro um político profundo conhecedor da Democracia Cristã Alemã. Durante a discussão da assembleia, a maioria simpatizava com o entusiasmo alemão, por meio de conhecimento empírico, porém Montoro se destacava por ser um estudioso profundo e real do assunto. Além disso, segundo Teixeira, o professor José Afonso, da Universidade de São Paulo, que era consultor do MDB à época, deu forma para a inspiração de Montoro no que tange à tratativa das fundações partidárias. Pautas como direcionamento de recursos por parte dos partidos e as isenções tributárias foram espelhadas no modelo alemão do pós-guerra (TEIXEIRA, 2019).

Após a citação da inspiração, avançando para o apontamento da origem dos cursos, o financiamento e amparo legal das fundações, dos partidos políticos e das eleições, temas sensíveis na esfera política, é possível citar que a fonte de receita direta das fundações partidárias, estabelecida pela legislação, é proveniente do fundo partidário, num total mínimo de 20% dos recursos mensais direcionados aos partidos políticos. Além disso, as fundações podem ter outras receitas – provenientes da prestação de serviços, a saber: produção gráfica, cursos e vendas de produtos – quando houver previsão estatutária, tendo como base a interpretação de dispositivos previstos no Código Civil.

Quanto a outras possíveis fontes de receita das fundações, essas instituições, assim como os partidos políticos, têm imunidade tributária, descrita no art. 150, VI, c da Constituição Federal, imunidade essa que alcança somente os impostos relativos ao patrimônio, renda e serviços dos imunes. Mesmo não sendo tributada, é possível para a fundação, requerer junto à Secretaria da Fazenda local, a possibilidade de emissão de notas fiscais. Essas notas, quando emitidas, serão isentas, não havendo, portanto, a necessidade do pagamento de tributos. Contudo, servirão como documento de controle, amparando a transparência da fundação para que ela possa comercializar entrada e saída de produtos e serviços (BRASIL, 1988).

Até a Lei nº 12.891 de 11 de dezembro de 2013, no art. 45, parágrafo 6º, não havia clareza sobre a utilização das receitas provenientes dos partidos para as fundações, que não fosse para a manutenção e desenvolvimento dos projetos capitaneados pelas instituições citadas. Contudo, na mais recente tratativa financeira do tema, a Resolução nº 23.546, de 18 de dezembro de 2017, que regulamentou o disposto no Título III – Das Finanças e Contabilidade dos Partidos – da Lei nº 9.096, foi regulamentada a já prevista devolução de recursos das fundações para os partidos

políticos. Ocorreu nessa resolução a existência de um regramento para a margem já dada para que os recursos direcionados para as fundações pudessem retornar aos partidos políticos a partir da seguinte base legal:

Art. 20. Os órgãos nacionais dos partidos devem destinar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de recursos do Fundo Partidário recebidos no exercício financeiro para criação ou manutenção de instituto ou fundação de pesquisa, de doutrinação e educação política.

§ 1º A destinação deve ser feita mediante crédito em conta corrente do instituto ou fundação no prazo de quinze dias a partir da data em que forem recebidas as importâncias do Fundo Partidário.

§ 2º No exercício financeiro em que a fundação ou instituto não despender a totalidade dos recursos que lhe forem assinalados, a eventual sobra pode ser revertida para outras atividades partidárias previstas no caput do art. 44 da Lei nº 9.096/1995, observando-se que:

I - as sobras devem ser apuradas até o fim do exercício financeiro e devem ser integralmente transferidas para a conta bancária destinada à movimentação dos recursos derivados do Fundo Partidário, no mês de janeiro do exercício seguinte;

II - o valor das sobras transferido não deve ser computado para efeito do cálculo previsto neste artigo; e

III - o valor das sobras deve ser computado para efeito dos cálculos previstos nos arts. 21 e 22. (TSE, 2017).

Em um cenário recente, que culminou no fim do financiamento privado de campanhas políticas e na liberação da utilização do fundo partidário para as campanhas, existe relativa hipótese, a ser mensurada e não relativizada, quanto ao papel das fundações ser minimizado em detrimento da dependência do desempenho partidário nas campanhas políticas. Ou seja, o partido poderá trabalhar pelo direcionamento dos recursos devidos às fundações e institutos para as campanhas políticas, limitando assim, a saúde financeira das instituições.

Por fim, é razoável afirmar que a única verba fixa e garantida que os institutos e as fundações partidárias percebem mensalmente é proveniente dos partidos políticos que os subsidiam. Tal situação faz com que, mesmo com uma legislação que garanta autonomia de gestão novas fontes de receitas, atuação e resultados, torne-se inevitável o impacto da conjuntura político eleitoral – principalmente no quesito financeiro – nos braços acadêmicos dos partidos políticos.

Considerando então, o cenário atual das fundações partidárias, apresentadas anteriormente no Brasil, o presente estudo, dedica-se a responder as seguintes questões: As alterações ocorridas no ambiente político partidário durante a 55ª legislatura influenciaram na atuação das fundações partidárias, em especial, no uso de seus recursos? Quais são as características principais de atuação das fundações partidárias?

Para responder a primeira pergunta, será verificado quais fundações ou institutos devolveram recursos para os partidos e em qual volume, bem como, o volume de devolução de cada uma delas e como se dão suas atividades.

Já em relação as características das fundações serão consideradas como elementos de análise, o estatuto das instituições, origem dos recursos, transparência à sociedade por meio dos canais de comunicação digital, uso dos recursos e atuação.

O ambiente pesquisado é extenso quando observado o cenário de obrigatoriedade partidária em subsidiar a existência de uma fundação ou instituto. Para tanto, a delimitação do estudo evolui de acordo com a conjuntura político-eleitoral vigente que impacta no desempenho e sobrevivência das fundações partidárias e institutos.

Com isso, em uma primeira fase da análise da prestação de contas dos institutos e fundações, para efeito de pesquisa, são priorizadas as instituições ligadas aos vinte e um partidos que ultrapassaram a cláusula de barreira nas eleições de 2018. Avançando para mais uma delimitação do trabalho, tendo como parâmetro a previsão legal de reversão para os partidos das sobras dos recursos não empregados pelas fundações ou institutos, será desenvolvida análise sobre a forma de atuação das cinco instituições que procederam com devoluções financeiros para suas legendas de origem no ano de 2017. Contudo, de forma mais abrangente, principalmente no tocante à administração dos recursos financeiros, será feito o detalhamento das duas instituições que se estabelecem como fundações.

Por fim, cabe ressaltar que em momentos oportunos do trabalho, principalmente quando tratado especificamente do que fazem as fundações e institutos, qualquer uma das vinte e uma citadas, poderão ser lembradas.

Dessa forma, além da presente introdução, a dissertação se desenvolverá em mais três capítulos.

No Capítulo 1, serão abordados o referencial teórico e a metodologia utilizada para a pesquisa.

No Capítulo 2, estarão apontadas as alterações no ambiente político partidário e sua influência sobre as fundações e institutos. Nesse momento haverá influência sobre a estrutura de financiamento dos partidos políticos e o impacto nas fundações e institutos, bem como, desenvolvida análise das prestações de contas e apontamento dos recursos devolvidos pelas instituições delimitadas.

No Capítulo 3, constarão aspectos da atuação das instituições, o que fazem e

a contribuição de seus dirigentes. O apontamento da relação dessas instituições com os órgãos de fiscalização e controle também será levado em consideração, além de avaliar a atuação dos braços acadêmicos dos partidos políticos por meio da transparência de seus canais digitais. Além disso, será analisada a administração financeira das fundações por meio da aplicação de recursos e avaliada a autonomia e sustentabilidade financeira das fundações.

Por fim, constará a conclusão com contribuições e provocações para tratativas futuras e a comprovação dos dados financeiros presentes nos Apêndices.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL E PROCEDIMENTOS

1.1 Referencial Teórico

O presente trabalho incide em tratar o papel e a forma de funcionamento das fundações partidárias em âmbito nacional. Busca apresentar também a expectativa de resultados que se vislumbram ao se cumprir determinadas tarefas. Ou seja, o que se espera das fundações. Para tanto, os parâmetros legais que amparam o funcionamento das instituições pesquisadas, com especial atenção para como se estabelecem suas receitas, por meio de subsídio oferecido pela justiça eleitoral, são levados em consideração.

Como é intrínseco o relacionamento entre os partidos políticos e as fundações partidárias, os autores Franco (1980), Mezzaroba (2005) e Napolini (2006) abordam os partidos políticos brasileiros e áreas específicas do sistema político partidário para detalhar as instituições de onde as fundações partidárias são originárias.

Já com relação à inspiração para tratativa do atual sistema político brasileiro e também do formato das nossas fundações partidárias, foi considerada a experiência e narrativa do deputado constituinte Miro Teixeira (2019).

Reis e Grill (2017) promovem discussão acerca do processo de institucionalização das Fundações partidárias no Brasil, desde o seu surgimento até o processo retomada do regime democrático, bem como o surgimento em maior volume das fundações partidárias a partir de meados dos anos de 1990, especialmente a partir da promulgação da Lei Nº 9.096/ 1995, que determinou aos partidos políticos aplicarem 20% do fundo partidário nas entidades de pesquisas e doutrinação e educação política; além da evolução do marco legal dessas instituições ao longo dos anos.

Outro ponto abordado estabelece uma análise do grau de institucionalização e complexidade das instituições no cumprimento do seu papel de formação política e avaliação do nível de formação dos presidentes. Por exemplo, até mesmo em um estudo de caso da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, é demonstrado o intuito de observar mais atentamente os resultados desenvolvidos ao longo de sua existência e como se dá o papel de uma fundação partidária.

Fernandes e Dantas (2019) fazem comparativos de discussão sobre o papel desempenhado pelas fundações brasileiras em perspectiva comparada com as fundações de outros países (Espanha, França, Alemanha, Chile, Uruguai e Argentina), em relação ao modo de organização, produção de pesquisas e divulgação – buscando caracterizar, no caso brasileiro, quais fundações atuam de forma mais marcante junto à sociedade.

Interessante observar a reflexão dos autores acerca do funcionamento das fundações e sua relativa independência dos partidos, como a presença de membros dos partidos nas estruturas de direção das fundações, bem como o aumento constante de recursos para as instituições nos últimos anos e o escasso número de estudos acerca das contribuições das fundações para democracia brasileira. Cabe ainda ressaltar o resgate que os autores fazem do funcionamento do modelo alemão das fundações, que inspirou a criação do modelo brasileiro. Outra perspectiva verificada pelos autores é a existência ou não de uma agenda das fundações de forma independente do período eleitoral e dos partidos políticos.

Já na contribuição de Oliveira Junior (2016) é feita uma importante reflexão sobre a transparência ativa das instituições que recebem fundo partidário. A partir da discussão acerca de *accountability* e transparência no uso dos recursos públicos, foi desenvolvida pesquisa junto aos partidos políticos e fundações para verificar as exigências legais de prestação de contas do uso dos recursos públicos, bem como a disponibilização dessas informações de forma transparente para a sociedade, via internet. Os resultados apontados chamam a atenção para necessidade do aperfeiçoamento das instituições na prática de transparência, mas também revela que esse é um problema do caso brasileiro e de outros países da América Latina.

Naspolini (2006) aborda questões sobre o pluripartidarismo político e a análise do sistema partidário e do eleitoral à luz da Constituição; isso colabora para identificar a relação de proximidade e influência da conjuntura que impacta os partidos e as fundações via sistema político legalmente vigente e institucionalizado.

O clima de desconfiança e as crises institucionais presentes no Brasil, muitas delas desencadeadas e canalizadas para a prática política, direcionaram certa influência na alteração da legislação eleitoral durante discussões sobre a reforma política e foram apontadas neste referencial tendo como base Zampieri (2014). Conseqüentemente, os partidos políticos e as instituições ligadas a eles, por serem a porta de entrada para o exercício dos mandatos eletivos, receberam, em considerável

escala, a responsabilidade política para o desempenho das suas atribuições, fato que se configura como um grande desafio na busca de credibilidade para gerar sensação de legitimidade e estímulo democrático. Com isso, a tratativa financeira que envolve o ambiente político partidário ficou exposta, fazendo com que, o impacto nas receitas das fundações ocorresse.

Esse impacto somado ao fator que envolve desconfiança e resistência sobre a questão financeira, agora diretamente atrelada às fundações, tem no dispositivo da legislação que abrange os partidos políticos – quando possibilita a devolução das sobras financeiras dos seus braços acadêmicos para outras atividades das agremiações partidárias – uma possível ameaça. Trata-se de um precedente que pode incentivar que as fundações limitem seus gastos e seus projetos, não com a intenção de poupar recursos públicos, mas sim, com a finalidade de desvirtuar suas atividades, quando utiliza o pretexto de retornar dinheiro para os partidos políticos.

Como consequência desse procedimento, levando em consideração Sousa (2017), as fundações que usam desse artifício abrem possibilidade de arriscarem o não cumprimento do seu papel estatutário, deixando de lado suas produções técnicas e promoção de capacitação. Importante também, avaliar o grau de influência que os partidos políticos exercem na situação retratada com a possível pressão pela retomada dos recursos.

Como contraponto, para detalhar certo distanciamento entre as impressões dos órgãos de fiscalização e controle e o que é visto na prática de atuação das fundações partidárias, considerando, até mesmo a contribuição de um dirigente, cabe destacar o que foi escrito em 2015 pelo Promotor de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social do Distrito Federal, Gladaniel Palmeira de Carvalho no artigo *Partidos políticos e suas fundações*. Antes, porém, incube enfatizar que, a legislação, já abordada em diversos momentos da dissertação, não necessariamente é estritamente convergente com a opinião do Ministério Público. Tampouco, os estatutos das fundações têm essa impressão presente.

Ao contextualizar o difícil cenário de aceitação dos partidos políticos pela sociedade, até mesmo com a citação discriminatória por parte daqueles que se intitulam partidários, o artigo referenciado aponta a responsabilidade das agremiações partidárias para com a democracia e o direcionamento do destino da nação. Com isso, para melhor propagar ideias e pensar o futuro do país, as agremiações podem criar as fundações partidárias, com o devido cuidado para que elas não tenham postura de

subserviência aos partidos. Assim, as fundações se tornarão instrumento de discussão de temas de interesse da democracia, história ou até mesmo, estimular seu segmento. (CARVALHO, 2015).

Por fim, partindo também para o amparo legal quanto às informações tratadas no presente trabalho, dados provenientes da justiça eleitoral, principalmente, resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto subsidiam a tratativa dada ao financiamento das fundações pelos partidos políticos e desafio para manutenção dos recursos.

Dessa forma, é desafiador promover discussão sobre as fundações partidárias brasileiras, tendo em vista a ainda limitada – principalmente em quantidade – produção acadêmica sobre o tema. Também é desafiador compreender a origem das fundações no Brasil e sua sobrevivência, principalmente pelo formato de disponibilidade das informações das instituições. Para maior densidade e comparativo de funcionamento no Brasil, é importante não ignorar inspirações que orientaram nosso modelo de fundações e, também, impressões de atores que se vinculam diretamente às entidades que envolvem o tema.

1.2 Metodologia

Tendo em vista os elementos presentes nas duas perguntas da pesquisa, os dados provenientes das prestações de contas, entrevistas com dirigente, estatutos e plataformas digitais das instituições trabalhadas serão utilizados e buscarão suprir a limitação de referências sobre o tema para orientar o avançar da pesquisa e avaliar se as instituições analisadas cumprem seu papel.

Cabe destacar que o método de pesquisa consiste em uma importante fase para o desenvolvimento do trabalho proposto ao abordar a dinâmica das fundações partidárias no Brasil e ao buscar respostas para o problema posto. Além disso, tem-se como finalidade subsidiar o alcance dos objetivos propostos.

Conforme Marconi e Lakatos (2003), a metodologia científica apresenta procedimentos sistemáticos e racionais para colocar em prática as ideias e oferecer organização para o resultado. Os métodos são utilizados para coordenação das atividades e concatenar evolução.

O trabalho terá abordagem qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009),

nessa abordagem não é apresentado apego para com a representatividade numérica pura e simples, tampouco aceita-se a existência de um modelo único de pesquisa. No entanto, é direcionada especial atenção ao ambiente trabalhado para evitar viés e possível contágio da pesquisa, explicando o porquê das ocorrências.

As novas informações produzidas precisam garantir o desenvolvimento da pesquisa de forma constante, mesmo que o autor tenha conhecimento parcial e limitado, produzindo informações aprofundadas e ilustrativas. A realidade dessa abordagem, com aspectos que não podem ser quantificados, foca na dinâmica das relações sociais. Como características da pesquisa qualitativa, temos:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscando pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Já no que tange aos cuidados que precisam ser tomados pelo pesquisador que utiliza a abordagem qualitativa, são citados os seguintes pontos:

Excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta de dados; risco de que a reflexão exaustiva acerca das notas de campo possa representar uma tentativa de dar conta da totalidade do objeto estudado, além de controlar a influência do observador sobre o objeto de estudo; falta de detalhes sobre os processos através dos quais as conclusões foram alcançadas; falta de observância de aspectos diferentes sob enfoques diferentes; certeza do próprio pesquisador com relação a seus dados; sensação de dominar profundamente seu objeto de estudo; envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.36).

A pesquisa qualitativa terá mais enfoque na interpretação do objeto, na importância do contexto do objeto pesquisa, na proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados e com intervalo maior do alcance do estudo do tempo. Além disso, serão apresentadas várias fontes de dados para a organização do ponto de vista do pesquisador e quadros teóricos e hipóteses menos estruturadas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Com relação à natureza, trata-se de pesquisa aplicada que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

A pesquisa possui caráter exploratório; para Gil (2007), este tipo de pesquisa

objetiva alcançar maior aproximação com o problema, tornando-o mais visível ou construindo presunção do abordado. O levantamento bibliográfico, somado a um questionário, bem como à análise de exemplos darão base para todo o desenvolvimento. O questionário (Anexo) tratará sobre o direcionamento da fundação de seus principais esforços e prioridades; o que a fundação mais forma com sua atuação; como usa seus recursos; como se relaciona com seu partido político mantenedor, especificamente sobre demanda de devolução de recursos e se a fundação faz publicações.

Com relação aos procedimentos, o trabalho consiste em dar andamento à pesquisa bibliográfica, em âmbito nacional e internacional, para obter referências que tratem sobre as fundações. Tal pesquisa ajudará na organização do desenvolvimento do trabalho, compreendendo que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Outro procedimento adotado é a análise documental, que tem como foco as prestações de contas das fundações partidárias. Para melhor esclarecimento quanto a este tipo de pesquisa temos:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituídas basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Com isso, o trabalho, respeitando procedimentos científicos, aborda dados públicos de forma livre, evitando viés e juízo de valor. No que se refere às informações coletadas junto aos atores pesquisados, principalmente em âmbito interno das fundações, para exposição dos dados e garantir a probidade das informações, sua disponibilidade precisa ser feita retratando estritamente o ponto de vista dos abordados. Imparcialidade, transparência e compartilhamento somente de dados

verdadeiros estabelecem-se como premissas para qualquer avançar do proposto, tanto na fase de análise quanto na conclusão.

CAPÍTULO 2

ALTERAÇÕES NO AMBIENTE POLÍTICO PARTIDÁRIO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS E INSTITUTOS

Durante a 55^a legislatura correram importantes alterações no sistema político eleitoral que, conseqüentemente, impactaram nos partidos políticos, fundações e institutos. Cabe avaliar quais foram essas alterações e o grau de influência que geraram na forma de atuação das instituições pesquisadas.

Outro ponto de considerável atenção desta dissertação é o formato financeiro das fundações partidárias, como se dão suas receitas e a legislação que protege o direcionamento financeiro para as instituições. Ao mesmo tempo, é conivente avaliar o redirecionamento desses recursos de volta para os partidos políticos que as subsidiam e o quantitativo desses retornos.

2.1 Alteração na Estrutura de Financiamento dos Partidos e seus Reflexos sobre as Fundações e Institutos

No tocante ao formato de manutenção financeira das fundações partidárias e institutos, faz-se importante recordar que ocorreram alterações na legislação que rege o financiamento eleitoral, possibilitando, então, o uso do fundo partidário nas campanhas políticas. Para melhor detalhamento da dinâmica das modificações do financiamento eleitoral dos partidos e seu impacto na verba diretamente disponibilizada para a manutenção das fundações, cabe rememorar que no ano de 2015 ocorreram importantes alterações no sistema eleitoral, chegando ao fim a participação das empresas no financiamento das campanhas eleitorais, prática até então vigente nas eleições brasileiras com regramento. Com essa alteração, ocorreu tentativa de preenchimento do abismo existente entre representados e representação política, estimulando a agenda do diálogo institucional com a sociedade civil. Além disso, a demanda por mais profissionalismo para o direcionamento dos pleitos políticos partidários foi amparada pelas fundações e, principalmente, pela necessidade de transparência nas tratativas (LUCENA, 2018).

Com o aumento da pressão da opinião pública contrária à participação das empresas no processo eleitoral, muito motivada pelos escândalos de corrupção envolvendo a relação entre público e privado, o Superior Tribunal Federal decidiu pela

inconstitucionalidade da prática. Na contramão da decisão, o Congresso Nacional aprovou no texto da Reforma Política – salienta-se que capitaneada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha – a doação privada para campanhas eleitorais. Contudo, judicialmente amparada pela decisão do STF, a então presidente Dilma Rousseff vetou do texto aprovado a contribuição financeira de pessoas jurídicas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Em 2016, para se sustentar após o fim do financiamento privado, os recursos para campanhas políticas passaram, em suma, pela doação de pessoas físicas – ainda distante da cultura política brasileira – e pelo chamado fundo partidário, recurso para funcionamento institucional dos partidos – aqui se inicia a discussão quanto ao retorno das sobras de recursos das fundações – que se organiza por dotação orçamentária da União, multas e penalidades pecuniárias aplicadas pelo código eleitoral brasileiro e tendo como base a Lei 9.096 dos partidos políticos do total dos valores do fundo partidário, que no penúltimo ano da 55ª legislatura (2015-2019) girou perto de 888 milhões de reais para distribuição, valor gerado pelo quantitativo dos votos válidos para deputado federal nas eleições gerais de 2014.

Sobre a fragmentação desses recursos e retomando a tratativa central do presente trabalho, destaca-se a fatia de 20% dos recursos que precisam ser disponibilizados para instituições de formação política e pesquisa, vinculadas aos partidos, os institutos e as fundações político partidárias; e 5% para políticas de promoção da mulher (TSE, 2018).

Em um cenário de alteração da legislação quanto ao financiamento das campanhas eleitorais, os recursos disponibilizados para institutos e fundações partidárias tornam-se foco de demanda, rememorando as eleições e parâmetros de financiamento eleitoral mais recentes, que embasam precaução quanto à verba direcionada para as fundações: em 2014 era possível que partidos e candidatos recebessem doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas para utilização nas campanhas eleitorais, mas vedada a utilização do fundo partidário. Em 2015, a então presidente Dilma Rousseff sancionou medida que quase triplicou os recursos do fundo partidário e, em 2016, ficou permitida sua utilização e doações de pessoas físicas nas campanhas políticas, mas vedada a doação de pessoas jurídicas. No ano de 2018, a eleição seguiu os moldes de 2016 acrescida de uma alteração posta em 2017 – ano precedente às eleições gerais – que foi instituído o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que ficou a cargo do tesouro nacional disponibilizar ao Tribunal

Superior Eleitoral para, *a posteriori*, disponibilizar aos partidos políticos após validação dos critérios de distribuições aprovados pelas Executivas nacionais das agremiações (TSE, 2018).

Mesmo com toda essa engenharia financeira para disponibilização de recursos para as campanhas políticas, houve barateamento dos valores gastos nas eleições. No entanto, dificuldades estruturais ficaram latentes até mesmo para legalização de materiais gráficos, contratação de pessoas e afins. Muitos problemas com prestações de contas e adaptação ao novo quadro financeiro surgiram. A demanda por mais recursos para as campanhas políticas ficou acentuada e o fundo partidário ainda mais cobiçado para utilização nos pleitos eleitorais, afetando a utilização integral do repasse feito para as fundações.

Ainda sobre o fundo partidário, é importante explicar, mais detalhadamente que o recurso financeiro destinado para as agremiações, regulamentado pela Lei nº 9.096, denominado fundo especial de assistência financeira aos partidos políticos, mais conhecido como fundo partidário, é composto conforme o artigo 38 da referida lei por:

- I - multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas;
- II - recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual;
- III - doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário;
- IV - dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995 (TSE, 2017).

Destaca-se, porém, o que está positivado no inciso IV do art. 38 da Lei 9.096, uma vez que o referido trecho da lei ordinária representa, em ampla maioria, a composição do Fundo Partidário. No que tange a este inciso, o montante destinado ao Fundo Partidário dependerá, necessariamente, da Proposta Orçamentária Anual, enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Ainda assim, o valor proposto, eventualmente poderá sofrer alterações, uma vez que cabem aos congressistas os ajustes orçamentários pré-estabelecidos. O Fundo Partidário compõe, no escopo orçamentário, as despesas relativas ao Funcionamento da Justiça Eleitoral. Ou seja, um valor que está condicionado a validações e decisões de conjuntura, seja por meio de atores políticos ou acordos (TSE, 2017).

Também com relação à sua dotação, para a composição do Fundo Partidário é considerado, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Considera-se, ainda, a projeção de arrecadação de multas previstas no Código Eleitoral e em leis conexas, segundo o TSE (TSE, 2018).

As informações referentes ao fundo partidário, automaticamente, são elementos pertinentes ao valor que é diretamente direcionado para os institutos e fundações partidárias, 20% do total do fundo recebido pelos partidos. A compreensão sobre a origem das receitas que amparam o funcionamento das fundações partidárias subsidia entendimento quanto ao possível interesse dos partidos e atores políticos perante tais recursos. O atual cenário de manutenção e financiamento político partidário eleitoral demanda por atenção quanto ao impacto nas fundações e sobre a formação de quadros que poderão ocupar espaços na administração pública.

O enfrentamento ao pluripartidarismo pode ser lido como enfrentamento à democracia e à produção plural das fundações. Naturalmente, lisura e qualificação dos partidos políticos e suas fundações são tópicos esperados, mas sua limitação, não. Para destacar e exemplificar, *grosso modo*, a importância que as fundações partidárias devem ofertar para a leitura do sentimento social, com finalidade de serem subsidiadas em sua manutenção pelos partidos, tem-se a seguinte reflexão: nos últimos anos, o Brasil apresentou momentos de ebulição social e canalização de crises de representatividade. Essas crises demonstraram o descontentamento da sociedade civil com a política e, conseqüentemente, evidenciaram a fragilidade gerada para os que nela atuam, bem como, foram sensíveis ao impacto midiático de operações ocorridas nos anos seguintes que traduziram, deveras, uma espécie de criminalização da prática política brasileira no relacionamento entre o poder público e as empresas privadas. Partidos políticos passaram a ser vistos como organizações criminosas e o dinheiro, que é convergido em estrutura para manutenção das instituições políticas e seus braços acadêmicos, foi discutido deixando os aspectos ideológicos e republicanos em segundo plano (NASPOLINI, 2006).

Uma válvula de escape, autocrítica e tentativa de resposta para a sociedade ao momento de descrédito enfrentado pelos partidos políticos e entidades ligadas a eles, se apresentou na tentativa de não ignorar os problemas de ordem financeira e institucional das agremiações partidárias e abrir espaço para a evolução do debate constante, mas ainda suspeito de ser efetivo, acerca da reforma política. Nela, regras foram alteradas e o financiamento eleitoral mudado, com possível impacto nas fundações partidárias.

Complementando a menção sobre a reforma política, para apontar um novo elemento no cenário que provavelmente já afeta e ainda deverá afetar o papel das fundações e, tem-se a instituição da cláusula de desempenho que visa limitar o funcionamento de partidos com desempenho eleitoral aquém do previsto na legislação. Essa limitação se traduz principalmente na restrição financeira.

Mecanismos para enfrentamento do número exacerbado de partidos políticos são trabalhados, como a cláusula de desempenho, ou a também conhecida cláusula de barreira que passou a ter vigência por meio da Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017. Tal emenda escalonou percentuais mínimos de votos nacionais, por estado ou deputados federais eleitos de 2018 até 2030, condicionando, então, acesso ao tempo gratuito de TV e fundo partidário somente para os partidos que obtiverem votação superior ao mínimo estabelecido pela legislação (BRASIL, 2017).

Após a aplicação da cláusula nas eleições 2018, ocorreu limitação de funcionamento de 14 partidos dos 35 vigentes. Em linhas gerais, os partidos precisariam atingir, no mínimo, 1,5% dos votos válidos para deputado federal no Brasil, distribuídos em ao menos 1% dos votos em 9 estados da federação ou eleger ao menos 9 deputados federais também em ao menos 9 estados da federação (TSE, 2018).

Especificamente, somente 21 dos 35 partidos atuais conseguiram superar a cláusula – seja em conformidade com as exigências mínimas de votos válidos nacionalmente e nas unidades da Federação, seja em relação ao mínimo de deputados eleitos em ao menos 9 estados.

O Quadro 1, com base nos resultados eleitorais disponibilizados pelo TSE, detalha quais partidos atingiram ou não a cláusula, bem como apresenta percentuais alcançados e o desempenho individual em ordem decrescente:

Quadro 1 – Atingimento da cláusula de barreira pelos partidos

Partidos que atingiram a Cláusula de Barreira		Partidos que não atingiram a Cláusula de Barreira	
PARTIDO	% Votos Válidos	PARTIDO	% Votos Válidos
PSL	11,65%	PATRIOTA	1,46%
PT	10,30%	PHS	1,45%
PSDB	6,01%	PC do B	1,35%
PSD	5,85%	PRP	0,87%
PP	5,57%	REDE	0,83%
MDB	5,53%	PRTB	0,70%
PSB	5,48%	PMN	0,64%
PR	5,31%	PTC	0,61%
PRB	5,08%	PPL	0,39%
DEM	4,66%	DC	0,38%
PDT	4,62%	PMB	0,23%
PSOL	2,83%	PCB	0,06%
NOVO	2,79%	PSTU	0,04%
PODE	2,28%	PCO	0,00%
PROS	2,08%		
PTB	2,06%		
SD	1,99%		
AVANTE	1,88%		
PSC	1,80%		
PV	1,62%		
PPS	1,62%		

Fonte: elaboração do autor

2.2 Prestação de Contas e Recursos Devolvidos

O processo de análise da prestação de contas dos institutos, das fundações partidárias e o que as envolve na prestação de contas dos partidos políticos, que têm dados públicos, consiste em um importante procedimento para averiguar como é o vínculo financeiro dos partidos políticos mantenedores com as instituições abordadas, bem como, a avaliação do nível de transparência desse procedimento. É uma avaliação que apresenta plena convergência com um dos objetivos específicos da presente dissertação para compreensão da problemática que se estabelece na devolução de recursos das fundações e institutos para seus partidos mantenedores.

Para o avançar do trabalho, cabe rememorar que a obrigatoriedade de os

partidos políticos contarem com uma fundação partidária ou um instituto partidário esteve presente na redação original da Lei nº 9.096. No entanto, é importante abordar que existe diferença dos procedimentos de prestação de contas entre um e outro, entre a fundação e o instituto. Enquanto as fundações precisam prestar contas para o Ministério Público, os institutos, que se estabelecem como associações privadas, precisam prestar contas para a justiça eleitoral por meio da prestação de contas dos partidos políticos (TSE, 2019).

O Quadro 2 apresenta a relação de todas as instituições ligadas aos vinte e um partidos políticos destacados. A maioria se estabelece como fundações, dezoito, e as outras três se organizam como institutos. Cabe destacar que a existência dos dois modelos atende ao critério de obrigatoriedade de o partido político manter uma instituição que seja seu braço acadêmico, ideológico e de pesquisa.

Quadro 2 – Partidos Políticos e suas Fundações ou Institutos

PARTIDOS POLÍTICOS	FUNDAÇÃO	INSTITUTO	NOME
PSL	X		Fundação Instituto de Inovação & Governança
PT	X		Fundação Perseu Abramo
PSDB		X	Instituto Teotônio Vilela
PSD	X		Fundação Espaço Democrático
PROGRESSISTAS/PP	X		Fundação Milton Campos
PSB	X		Fundação João Mangabeira
MDB	X		Fundação Ulysses Guimarães
PL/PR		X	Instituto Alvaro Valle
REPUBLICANOS/PRB	X		Fundação Republicana Brasileira
DEM		X	Instituto Tancredo Neves De Estudos Políticos e Sociais
PDT	X		Fundação Leonel Brizola
PSOL	X		Fundacao Lauro Campos
NOVO	X		Fundação NOVO
PODE	X		Fundação Trabalhista Nacional
PROS	X		Fundação da Ordem Social
PTB	X		Fundação Ivete Vargas
SOLIDARIEDADE	X		Fundação 1º De Maio
AVANTE	X		Fundação Barão e Visconde de Mauá
CIDADANIA/PPS	X		Fundação Astrojildo Pereira
PSC	X		Fundacao Pedro Aleixo
PV	X		Fundação Verde Herbert Daniel

Fonte: elaboração do autor

Com relação à transparência dos dados, sua disponibilidade por parte dos órgãos de fiscalização e controle fica limitada até o ano de 2017, não sendo possível

alcançar, para efeito de análise, a íntegra da prestação de contas, demonstrativos contábeis e peças complementares dos partidos políticos e das fundações partidárias após o referido ano, pois a prestação de contas dos partidos referente ao ano de 2018 somente será disponibilizada no decorrer do ano de 2019, por se tratar do envio de dados no ano corrente. Existe obrigatoriedade anual de os partidos políticos e as fundações procederem com suas prestações de contas, mas não existe o mesmo prazo anual para análise e julgamento por parte dos órgãos competentes, porém há referência anual para que ocorra a publicidade dos dados (TSE, 2019).

Tendo como base as informações das prestações de contas dos vinte e um partidos analisados– com partes de imagens documentais disponíveis nos Apêndices deste trabalho – referentes ao ano de 2017 e, também, para fim de ratificação, considerando confirmação feita diretamente com as direções dos partidos, fundações e institutos mencionados, é possível constatar que cinco instituições retornaram recursos para os partidos que a elas são vinculados. Cabe destacar também que não foi possível identificar entrada de receitas além do fundo partidário disponibilizado pelos partidos para nenhuma das instituições analisadas.

No ano de 2017, o partido que mais recebeu recursos no quadro de devoluções foi o PR, atual PL, com retorno de 133% do total que disponibilizou para a sua instituição, a então Fundação Álvaro Valle, que atualmente alterou nomenclatura e atividade jurídica para instituto Álvaro Valle. Tal situação se deu pela ocorrência de retorno acumulativo. Ou seja, além dos valores do ano de 2017, foram devolvidos recursos de períodos anteriores. O PRB, atual Republicanos, aparece em segundo lugar com retorno de 79% do montante que disponibilizou para sua instituição, a Fundação Republicana Brasileira. Já o DEM está na terceira colocação do ranking de retorno recebido, com 47% do total do percentual da cota do fundo partidário que direcionou para a sua instituição, o Instituto Tancredo Neves de Estudos Políticos e Sociais, que alterou o nome para Instituto Liberdade e Cidadania, porém, ainda sem efetiva retificação na Receita Federal do Brasil. O PSDB foi o quarto partido que mais recebeu recursos retornados do seu braço acadêmico, o Instituto Teotônio Vilela, que direcionou 37% dos seus recebidos para o seu partido vinculado. Por fim, observa-se o PSB como quinto e último partido que recebeu retorno de recursos da instituição a ele ligada com 10% de retorno disponibilizado pela Fundação João Mangabeira (TSE, 2019).

A referência de valores leva em consideração o total de recursos do fundo

partidário que cada partido recebeu, o repasse para cada instituição acadêmica dos partidos e o retorno feito das fundações ou institutos para as agremiações partidárias no ano de 2017, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Instituições que mais Devolveram Recursos para seus Partidos (2017)

Partido	Fundo Partidário - 2017	Repasse para Fundação - 2017	Retorno para o partido - 2017	% Retorno
PR	R\$ 40.728.965,71	R\$ 7.512.729,73	R\$ 10.015.028,75	133%
PRB	R\$ 32.204.257,55	R\$ 6.428.884,17	R\$ 5.100.000,00	79%
DEM	R\$ 29.809.688,58	R\$ 5.950.643,80	R\$ 2.767.491,42	47%
PSDB	R\$ 79.025.313,23	R\$ 15.776.978,17	R\$ 5.779.061,91	37%
PSB	R\$ 45.184.925,63	R\$ 8.334.383,41	R\$ 800.000,00	10%
AVANTE	R\$ 6.421.689,05	R\$ 189.500,00	R\$ -	0%
MDB	R\$ 76.738.681,51	R\$ 15.317.921,71	R\$ -	0%
PDT	R\$ 23.873.883,83	R\$ 4.987.370,00	R\$ -	0%
PODEMOS	R\$ 6.125.868,28	R\$ 1.222.561,15	R\$ -	0%
PP	R\$ 46.324.777,98	R\$ 5.684.511,95	R\$ -	0%
PSC	R\$ 17.325.654,92	R\$ 1.333.029,09	R\$ -	0%
PSD	R\$ 43.074.384,40	R\$ 8.597.679,67	R\$ -	0%
PSL	R\$ 5.322.355,27	R\$ 1.166.081,13	R\$ -	0%
PSOL	R\$ 12.207.721,25	R\$ 2.696.098,46	R\$ -	0%
PTB	R\$ 27.251.607,07	R\$ 5.439.566,53	R\$ -	0%
PV	R\$ 13.646.917,62	R\$ 531.885,50	R\$ -	0%
SD	R\$ 19.728.767,00	R\$ 3.771.939,45	R\$ -	0%
NOVO	R\$ 1.031.347,53	R\$ -	R\$ -	0%
PPS	R\$ 11.262.682,40	Sem informação	Sem informação	Sem informação
PT	R\$ 103.810.506,27	R\$ 18.708.241,67	R\$ -	0%
PROS	R\$ 12.800.458,89	R\$ 4.293.963,35	R\$ -	0%

Fonte: SPCA/TSE

Após destacar as instituições que mais devolveram recursos para seus partidos de origem, é igualmente relevante apontar que essas informações foram extraídas por meio da análise das prestações de contas dos partidos políticos contidas no Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA) do Tribunal Superior Eleitoral. Toda composição de recebimento do fundo partidário das agremiações durante o ano de 2017, bem como os valores repassados para as instituições ligadas a cada um dos partidos citados estão visíveis; como exceção, há o partido PPS, atual Cidadania, que, segundo o TSE, não há dados a serem disponibilizados por alguma questão interna entre o partido e o tribunal.

Levando em consideração todas as informações colocadas no presente capítulo é possível apontar que as mudanças ocorridas no ambiente político partidário por meio da reforma política e da alteração no formato de financiamento eleitoral ocorridas na 55ª legislatura influenciaram na atuação das fundações e institutos.

CAPÍTULO 3

ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Outro aspecto da presente dissertação consiste em tentar identificar as características e a forma de atuação dos institutos e fundações partidárias brasileiras. A metodologia trazida para a dissertação contribui para balizar a análise ao selecionar algumas fundações e, também institutos, dentre todos os braços acadêmicos vinculados aos partidos políticos, com a intenção de buscar evidências da forma de trabalho dessas instituições.

3.1 O que fazem as Fundações e Institutos

Levando em consideração a análise das informações públicas e também oficiais das fundações, percebe-se que os braços acadêmicos dos partidos são instituições claramente focadas no processo de desenvolvimento de estudos e formação política, seja na esfera de capacitação de pessoas ou na promoção de conteúdo técnico e ideológico.

Todas as instituições que se responsabilizam pelos braços acadêmicos dos partidos políticos têm sua existência institucional balizada em um estatuto. Nesse conjunto de regras, é possível identificar, além de questões formais, como composição do quadro diretivo e critérios para gestão das instituições, as atividades e finalidades que conduzem seu funcionamento.

Ao promover análise dos estatutos das fundações partidárias, para apresentar o que fazem as fundações e, destacando convergência com a delimitação posta, é razoável compartilhar, como exemplificação, o que foi verificado nas finalidades da Fundação João Mangabeira (FJM) e da Fundação Republicana Brasileira (FRB) para compreender, ao menos nas questões formais, no que consiste a atuação das fundações partidárias. Importante já destacar que os estatutos dessas fundações não estão públicos. O acesso só foi possível mediante solicitação junto ao MPDFT.

No estatuto da FJM, em seu segundo capítulo, das finalidades, está presente maior aproximação das ações da fundação junto ao PSB, seu partido mantenedor, pelo ideário socialista, principalmente no que se refere à capacitação e qualificação dos quadros diretivos da agremiação, sem deixar de lado os filiados e, até mesmo, os cidadãos em geral. Além disso, é grande a presença de ações que envolvem questões

teóricas e acadêmicas com destaque para pesquisas e estudos acerca da realidade econômica, política e social, não somente no Brasil, mas também em âmbito internacional para comparativo com a realidade nacional. Para tanto, é identificado lastro de atividades de comunicação com a finalidade de promover as produções da FJM e de estimular o debate de ideias que circundam as temáticas tratadas, bem como de conhecer projetos e agir de acordo com o fundamento político e filosófico do pensamento socialista. Por fim, destaca-se a atribuição de preservar a história e a memória do PSB e das lutas populares da América Latina com base em manutenção de acervos, biblioteca e arquivos para criação de um banco de dados consistente. Com isso, observa-se que a FJM tem, nas finalidades do seu estatuto, o direcionamento das suas atividades (FJM, 2019).

Com relação às finalidades estatutárias da FRB, é apresentado conteúdo semelhante ao tratado no geral das fundações de pesquisa, doutrina e educação política, com abordagem em ciências humanas, sociais e expressões culturais. No caso da fundação mencionada, não há apego ideológico, porém, de forma geral, é notória a inclinação para as necessidades do povo e seu desenvolvimento político e social com viés nacionalista, fato curioso quando se leva em consideração a nova tendência liberal que apoia o redirecionamento do partido que mantém a FRB. As atividades que tratam da promoção e divulgação das ações da fundação recebem destaque na área de comunicação e, ali, ganham suporte para a difusão de conteúdos por meio de debates, seminários, simpósios, palestras, conferências e afins. Outra atividade que chama a atenção é a que intenciona a colaboração com o poder público nas diferentes esferas da federação no que se refere à capacitação de pessoas e, por fim, uma particularidade de perfil da FRB se traduz na linha assistencialista para comunidades carentes com ações de atenção e formação de jovens e adultos. Ou seja, desenho de atividades que atendem anseios sociais, porém se distanciam da questão ideológica (FRB, 2019).

Retomando a análise das fundações partidárias, de forma geral, sem promover delimitação, cabe destacar que elas planejam e executam, de forma online e presencial, oficinas, seminários, cursos e palestras. Além disso, produzem conteúdo acadêmico em diferentes níveis, de questões mais básicas e genéricas da política em si, até materiais mais robustos que abordam aspectos ideológicos, identidade partidária e temas técnicos que fazem parte do interesse das fundações e de seus partidos, seja por afinidade ideológica, como muito já destacado quando se

exemplificou o ideário socialista, quanto por questões mais práticas e temáticas que se dinamizam de acordo com o momento, visto na produção de conteúdo de diversas instituições citadas.

Foi identificado, durante a análise do ambiente e atividades das instituições, que as fundações, de fato, agem na priorização da formação política dos quadros atrelados ao partido político que as mantém.

A partir da avaliação da administração dos recursos financeiros das instituições e da impressão formal e informal de dirigente, fica nítido que a agenda do partido político mantenedor da fundação é considerada durante suas ações. Basicamente, percebe-se que, por mais autônoma e independente que seja a fundação, durante sua atuação, mesmo contrariando orientações de órgãos de fiscalização e controle, chega até mesmo a assessorar os partidos. As agendas das fundações podem se vincular às agendas dos partidos políticos ou ao menos suas pautas de atuação podem se direcionar às pautas de interesse dos partidos.

Repassando as duas fundações que foram objeto de análise, a Fundação João Mangabeira e a Fundação Republicana Brasileira, tem-se como exemplo o lastro mais ideológico da primeira e o aspecto mais diversificado de temas da segunda. Contudo, ambas com foco prioritário no processo de formação política, uma, formando o pensamento socialista e a outra formando habilidades temáticas. Elas, porém, não se distanciam da essência identificada no geral das fundações: estudos e formação.

Outro fator relevante que merece ser observado na atuação das fundações – aqui também cabe citar os institutos – é a abertura delas para acomodar quadros político partidários em sua estrutura diretiva. Atores políticos que já exerceram mandato eletivo e possuem trajetória partidária, ocupam, muitas vezes, posição de destaque nos braços acadêmicos das legendas partidárias. No caso da FJM, seus últimos presidentes, inclusive o atual, foram governadores de estado. Outro exemplo que pode ser citado, além das duas fundações mais destacadas, é do Instituto Teotônio Vilela (ITV), vinculado ao PSDB, que abrigou o ex-governador e ministro José Serra, bem como o senador Tasso Jereissati com atuação concomitante ao mandato exercido no Congresso Nacional. Também, como membros de conselho e diretoria o ITV acomodou ex e atuais governadores, ex e atuais parlamentares dentre outros. As fundações e os institutos partidários também servem como ambiente de acolhimento para figuras políticas.

De forma geral, é possível observar que a fundação partidária ao se atentar ao

processo de formação política e estudos diversos, colabora, mesmo que indiretamente, para com a sociedade brasileira. É apresentado também um formato de atividades mais profissional do que teórica quando analisado o momento atual das instituições em análise.

As atividades das fundações, levando em consideração informações presentes nos estatutos, relatórios de prestações de contas junto aos órgãos de fiscalização e controle e, por fim, informações presentes nos canais institucionais das instituições, podem ser contextualizadas por meio Quadro 4, que busca sintetizar as atividades das instituições em análise.

Quadro 4 - Atividades das Fundações

FINALIDADE	AÇÕES	ADESÃO	NÍVEL
EVENTOS	PROMOVER EVENTOS DIVERSOS PARA PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES	MAIORIA	INTERMEDIÁRIO
FORMAÇÃO	FORMAR PÚBLICO ALVO DE ACORDO COM TEMAS DIVERSOS	MAIORIA	INTERMEDIÁRIO
CAPACITAÇÃO	CAPACITAR QUADROS QUE ATUAM PARA OS PARTIDOS	MAIORIA	INTERMEDIÁRIO
PRODUÇÃO ACADÊMICA	OFERECER CONTEÚDO QUALIFICADO NO TOCANTE A TEMAS DE INTERESSE	MINORIA	BAIXO
PESQUISA	EMBASAR DADOS E CONTEÚDOS OFERTADOS	MÉDIA	INTERMEDIÁRIO
MEMÓRIA	PRESERVAR MEMÓRIA E ORGANIZAR BANCO DE DADOS DAS INSTITUIÇÕES	MINORIA	ALTO
COMUNICAÇÃO	DIVULGAR CONTEÚDOS PRODUZIDOS E ESTABELECEER TRANSMISSÃO DE IDEIAS	MÉDIA	BAIXO
IDEOLOGIA	DISCUTIR E ESTIMULAR PENSAMENTO QUE BALIZE ATUAÇÃO DOS PARTIDOS	MINORIA	ALTO
CONCURSOS	IDENTIFICAR BOAS PRÁTICAS PARA ACOLHIMENTO E RECOMPENSAR AUTORES	MINORIA	BAIXO

Fonte: elaboração do autor

As instituições analisadas aparentam certo padrão explicativo sobre as atividades que exercem, principalmente no quesito formação e capacitação. Porém, mensurar o grau de profissionalismo e os resultados práticos dessas finalidades e ações é uma tarefa árdua quando se trata de um trabalho científico. A superficialidade e a informalidade presente em grande parte das divulgações de atividades das fundações é posta como um indicador e, de certa forma, contribuem para que a análise se atenha a dados públicos e leve em consideração o posicionamento das instituições, não promovendo cruzamento com a impressão de quem é atingido pelas atividades das fundações. Ou seja, em grande parte, é possível observar com mais afinco somente o que as fundações falam de si, seja em publicações, seja em estatutos, abrindo demanda para avaliação do que oferecerem por parte dos atendidos.

Especificando as atividades mencionadas no Quadro 4, que sintetizou as finalidades das fundações, tem-se que a maioria das fundações atuam ou mencionam eventos, porém, com nível intermediário, sem grandes repercussões, independente do tamanho estrutural da instituição. Assim como os procedimentos de formação e capacitação de quadros políticos. O único projeto pedagógico que se destaca é a

criação de uma faculdade vinculada a FRB, porém, que ainda não ofertou formação do corpo discente. Já com relação à produção acadêmica, poucas fundações oferecem conteúdo de relevante qualidade acerca dos seus temas de interesses, mesmo que tenham presença de pesquisas para embasar aquilo que tratam de forma intermediária. No entanto, é identificada mais qualidade em entidades do campo ideológico da esquerda, com destaque para as publicações da Perseu Abramo.

Cabe mencionar que a discussão ideológica está presente na minoria das fundações, porém, talvez por falta de clareza do pensamento teórico dos próprios partidos, ou até mesmo, pelo pragmatismo falar mais alto do que a ideologia, não há clareza quanto aos resultados gerados pelo apego ideológico. Já no que se refere à memória das instituições, poucas organizam com qualidade a preservação histórica das instituições, já as que fazem, atrelam esse banco de dados às conquistas, pautas e atores dos partidos políticos a elas vinculados. A FJM se destaca como bom exemplo.

Sobre a comunicação promovida pelos braços acadêmicos dos partidos, é observada atividade, porém, sem destaque qualitativo para se colocar como instrumento de transmissão de ideias, ou até mesmo, que motive aproximação e participação da sociedade perante as fundações. Além disso, não se identifica espaço para coleta de boas práticas e contrapartidas por meio de concursos, esses constando como atribuição estatutária de algumas fundações. Outro indicador que apresenta limitação no formato de divulgação das ações das fundações e institutos.

Superando a tratativa estatutária, indo para uma avaliação de ordem temporal e estrutural, é possível demonstrar no Quadro 5 – já com informações financeiras referentes ao ano de 2019 – que, não há uma relação direta entre tempo de existência e qualidade profissional das fundações. Tampouco, o fator financeiro, com receitas provenientes dos partidos políticos, é diretamente proporcional, ou se faz mais denso de acordo com os anos de existência das instituições.

Quadro 5 – Repasse do Fundo Partidário para Partidos e Fundações (2019)

PARTIDO	FUNDAÇÃO / INSTITUTO	DATA DE CRIAÇÃO	ANOS DE EXISTÊNCIA	MÉDIA FP 2019	MÉDIA REPASSE 2019
PSL	Fundação Instituto de Inovação & Governança	19/05/2011	8	R\$ 8.029.287,35	R\$ 1.605.857,47
PT	Fundação Perseu Abramo	18/10/1996	22	R\$ 6.757.779,70	R\$ 1.351.555,94
PSDB	Instituto Teotônio Vilela	16/07/1996	22	R\$ 4.203.303,51	R\$ 840.660,70
PSD	Fundação Espaço Democrático	29/08/2013	5	R\$ 4.105.149,00	R\$ 821.029,80
PP	Fundação Milton Campos	20/11/1975	43	R\$ 3.921.372,21	R\$ 784.274,44
MDB	Fundação Ulysses Guimarães	03/06/1981	38	R\$ 3.892.170,43	R\$ 778.434,09
PSB	Fundação João Mangabeira	21/06/1993	26	R\$ 3.880.368,88	R\$ 776.073,78
PR	Instituto Alvaro Valle	24/06/1998	21	R\$ 3.744.676,08	R\$ 748.935,22
PRB	Fundação Republicana Brasileira	09/04/2007	12	R\$ 3.584.810,35	R\$ 716.962,07
DEM	Instituto Tancredo Neves De Estudos Políticos E Sociais	15/12/1988	30	R\$ 3.302.399,94	R\$ 660.479,99
PDT	Fundação Leonel Brizola	22/04/1997	22	R\$ 3.284.303,39	R\$ 656.860,68
PSOL	Fundacao Lauro Campos	20/08/2007	11	R\$ 2.067.027,54	R\$ 413.405,51
NOVO	Fundação NOVO	SEM INFO	SEM INFO	R\$ 2.042.381,68	R\$ 408.476,34
PODE	Fundação Trabalhista Nacional	15/03/2011	8	R\$ 1.720.634,01	R\$ 344.126,80
PROS	Fundação da Ordem Social	19/12/2014	4	R\$ 1.558.713,15	R\$ 311.742,63
PTB	Fundação Ivete Vargas	23/05/1988	31	R\$ 1.543.786,78	R\$ 308.757,36
SDD	Fundação 1º De Maio	18/09/2014	4	R\$ 1.495.911,74	R\$ 299.182,35
AVANTE	Fundação Barão e Visconde de Mauá	30/05/2007	12	R\$ 1.421.351,42	R\$ 284.270,28
PSC	Fundacao Pedro Aleixo	11/03/2009	10	R\$ 1.366.792,32	R\$ 273.358,46
PV	Fundação Verde Herbert Daniel	25/11/2002	16	R\$ 1.248.293,54	R\$ 249.658,71
PPS	Fundação Astrojildo Pereira	18/12/2000	18	R\$ 758.446,60	R\$ 151.689,32

Fonte: elaboração do autor

Observa-se que, conforme apresentado no Quadro 1, o valor de receita mensal de cada uma das fundações é plenamente ligado ao recebimento, pelo partido mantenedor, do fundo partidário. O tempo de existência da fundação em si, não aponta relação aplicada às receitas, porém, observa-se que as fundações mais antigas estão de posição intermediária para cima, exceto a fundação Ivete Vargas, ligada ao PTB, que se apresenta no bloco mais distante das instituições com maior receita.

Com os quadros e informações apresentadas, bem como, avaliação dos indicadores que foram gerados ao analisar as fundações e institutos, é relativo sinalizar que existe limitação de ordem prática para a divulgação das ações dessas instituições e até mesmo questionamento quanto a efetividade do que fazem de acordo com as finalidades presentes em seus estatutos. Ou seja, a motivação de existência de cada uma delas em si.

3.2 Percepção de Dirigentes

Com a finalidade de complementar as informações postas no desenvolver da pesquisa relacionada ao que fazem as fundações e institutos, bem como, avaliar a atuação dessas instituições por meio das informações que retratam a opinião de quem atua no cerne delas, foi feita abordagem junto a todas as entidades que devolveram recursos para seus partidos de origem, com solicitação formal, objetivando receber

considerações sobre suas características de atuação, priorização de investimento, relacionamento com os partidos mantenedores e publicações. Uma espécie de checagem perante a problematização apontada na presente dissertação.

De forma geral, buscou-se compreender a dinâmica de funcionamento das fundações e institutos. Contudo, nessa fase do trabalho, observa-se que somente a Fundação João Mangabeira e o Instituto Teotônio Vilela, disponibilizaram atenção para o atendimento da demanda. O Diretor Vice-Presidente da FJM, Alexandre Navarro, encaminhou, em nome da fundação, respostas para todos os questionamentos, não demonstrando qualquer incômodo ou pedido de mudança na abordagem e, também, igualmente, o Coordenador Executivo do ITV, Betinho Gomes, disponibilizou contribuição. Cabe destacar que, das cinco instituições abordadas, os institutos vinculados ao DEM e ao PR, demonstraram intenção de responder os questionamentos, porém, por mais de dois meses e insistentes pedidos não o fizeram. Além disso, a fundação vinculada ao PRB, informou que seu presidente não se sentia confortável em responder tais questionamentos. Essa negativa, talvez, pode ser colocada como um indicador de desconforto e falta de transparência por parte das últimas três instituições citadas no que compete, principalmente, aspectos financeiros.

Após retratar as instituições que contribuíram e avançando para as impressões do Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira, é perceptível ocorrência de abertura e transparência para tratar todos os temas. Inicialmente foi abordado sobre como a fundação direcionava seus principais esforços, o que ela priorizava. Com isso, Navarro sinalizou que a Fundação João Mangabeira vem se dedicando fundamentalmente ao trabalho de implementação do ideário socialista democrático com o objetivo de consolidar seu compromisso ideológico com o socialismo democrático afirmado em 1947, quando foi fundado o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Destacou também que o PSB é um partido em constante crescimento, mas com discreta renovação para assegurar a manutenção de sua identidade ideológica como uma tarefa fundamental e constante. Em segundo lugar, foi sinalizado que o esforço da FJM se dá na preparação de seus quadros partidários e dos quadros que assumem funções públicas como a de vereadores, deputados estaduais e federais e prefeitos municipais. Ao lado do primeiro item, esse trabalho de qualificação de quadros políticos é o maior trabalho que a FJM vem desenvolvendo.

Sobre o que a FJM mais forma, exemplificando, filiados, dirigentes ou quadros políticos para ocupar mandato eletivo, o Vice-Presidente da João Mangabeira

sinalizou que numericamente a fundação forma mais filiados e dirigentes partidários. Destacou também que o PSB pós ditadura militar, ao se reorganizar, objetivou passar de um partido caracterizado antes da ditadura como partido com quadros altamente qualificados para um partido de base e, numa fase sucessiva, de massa. Com isso, aponta que hoje o PSB se tornou também um partido de base, sendo que há quase duas décadas sempre superou, nos pleitos eleitorais, o patamar de 5% de votos válidos para deputado federal e que o esforço de qualificar dirigentes e políticos profissionais para ocupar mandatos eletivos é igualmente considerável, por meio de seminários, debates de políticas públicas, publicação específicas sobre temas conjunturais e reformas estruturais, bem como cursos de média duração em EAD.

Partindo para a questão financeira que muito foi trabalhada na dissertação, foi questionado, de forma objetiva, como a fundação usa seus recursos e a resposta foi que a Fundação João Mangabeira possui uma estrutura centralizada eficiente que coordena um trabalho de informação, formação e elaboração de políticas públicas. Também, a FJM está organizada, por meio de coordenações estaduais e secretarias de segmentos sociais, que cobrem todo território nacional. Além das atividades nacionais coordenadas diretamente por sua estrutura nacional, a FJM atua diretamente nos estados e nos segmentos sociais em que o PSB está estruturado. O orçamento da FJM é, portanto, dividido entre a parte de sustentação de sua estrutura organizacional, as atividades promovidas pela equipe nacional e as atividades promovidas pelas coordenações estaduais e pelos segmentos sociais.

No tocante à relação da FJM com o PSB, seu partido mantenedor, Navarro destaca que é de muita proximidade, apontada até mesmo no estatuto. Essa relação tem uma história recente muito positiva em que as atividades legislativas, eleitorais e o próprio crescimento e a organização partidária são objeto contínuo de estudo, elaboração de conteúdo e de atividades formação política por parte da Fundação. Por isso, a programação da Fundação sempre se orienta e se coloca à disposição das grandes políticas partidárias. Já com relação à demanda do partido pela devolução de recursos direcionadas para a Fundação, foi assinalado que não existe demanda explícita de devolução dos recursos da Fundação por parte do partido, mas existiu, nos últimos anos, uma devolução, já apresentada neste trabalho.

Com relação à produção de publicações da FJM, e quais seriam, Navarro apontou que a FJM publica semestralmente a revista *Polítika* e o boletim de conjuntura, ambos monotemáticos. Além disso, a fundação publicou recentemente os

seguintes cursos que estão à disposição de quem estiver interessado no site da FJM: curso de formação, capacitação e atualização política; curso de gestão de políticas públicas; curso “Cidades Socialistas”; curso políticas públicas de juventude; programa “De olho na transparência”; curso cultura política socialista; oficinas “Diálogos do Desenvolvimento Brasileiro”; curso formação política para mulheres e curso básico para a negritude socialista.

Ao analisar as respostas dadas pela FJM, é clara sua atuação ideológica ao fomentar o socialismo, uma preocupação extremamente pertinente quando levada em consideração a atribuição de uma fundação no campo da identidade. Nas respostas fica evidenciado o histórico ideológico e longevidade da fundação, bem como sua constante vinculação ao PSB, seu partido mantenedor que, inclusive esclarece ser a João Mangabeira vinculada ao PSB, e não o contrário. É uma relação de muita proximidade que não força ações, como o retorno financeiro dos recursos da FJM. A formação dos quadros por parte da fundação apresenta relativa convergência com o bom desempenho eleitoral do partido, mas ainda sim, faz com que a renovação da legenda seja cuidadosa para preservar o ideário socialista e suas raízes democráticas. Outro ponto que merece ser destacado é a quantidade de publicações da fundação e periodicidade ativa. Ou seja, há continuidade dos estudos e ampla oferta deles para utilização prática em suas ramificações partidárias.

Com relação ao Instituto Teotônio Vilela, na tentativa de identificar o que a instituição prioriza e suas principais atividades, Gomes sinalizou que uma das prioridades do instituto é a formação de lideranças e, para isso, concentra esforços em duas frentes, a primeira em apoio ao trabalho dos segmentos partidários: PSDB mulher, Tucanafro, Diversidade Tucana e Juventude do PSDB, que estão diretamente ligados às bases partidárias, aos movimentos sociais, associações e outros. Já a segunda frente aborda a realização de cursos, palestras e seminários, tendo a grande maioria, transmissão ao vivo pelas plataformas digitais do ITV e do PSDB, contando com ampla participação de filiados. A partir desses debates, o instituto reforça mais uma prioridade: a formulação das políticas públicas que o PSDB apresenta para a sociedade.

Quando tratado do que o instituto mais forma, a sinalização do ITV informou que todo material de formação política produzido pelo instituto (palestras, debates, seminários, publicações, entrevistas, artigos, entre outros) fica disponível para todo cidadão que tenha interesse, não se limitando somente aos filiados do partido. Porém,

os cursos presenciais priorizam os quadros que pretendem disputar mandato eletivo.

Sobre como o ITV usa seus recursos, foi informado que os utiliza para realização de encontros, seminários, palestras e debates. Além disso, disponibiliza apoio para ações propostas pelos segmentos partidários, cursos presenciais para pré-candidatos e investimento nas plataformas digitais para contato com a militância e divulgação das ações empreendidas pelo PSDB pelo Brasil, bem como investimento em publicações.

Outro ponto de atenção refere-se ao relacionamento do ITV com seu partido mantenedor, o PSDB; segundo Gomes, a relação entre as duas instituições se estabelece tendo o Instituto Teotônio Vilela como centro de formação política do PSDB e também como braço formulador do partido. Todas as ações do Instituto são, portanto, ações partidárias. Entretanto, é destacada relação de independência na gestão dos recursos. Não foi mencionada, porém, a possível demanda de devolução de recursos do instituto para o partido, conforme já identificada neste trabalho ao analisar a prestação de contas do ITV.

Por fim, foi feita tratativa quanto a publicações produzidas pelo ITV, assim, é possível destacar que são feitas em cinco classificações, a primeira intitulada *Brasil Real – Cartas de Conjuntura*, com a presença de estudos bimestrais sobre conjuntura política e econômica distribuídos por meio eletrônico para todos os filiados do PSDB, o segundo que recebe o nome de *Cartas de Formulação Política*, com a presença de *papers* de frequência variada, que tratam dos grandes temas internacionais, nacionais e partidários também disponibilizados por meio eletrônico para todos os filiados, o terceiro tipo de publicação é nominado de *Cadernos*, contendo cartilhas de formação política com versões físicas. A quarta qualificação são os Livros, também em versão física e, por fim, Revistas, que contemplam artigos, matérias, reportagens, entrevistas e outros estudos em formato físico e digital.

Percebe-se, pelas informações disponibilizadas pelo ITV, que não há tanto apego ideológico, mas sim, priorização para tratativas temáticas com certo volume de publicações e grande vinculação a pautas de interesse do partido mantenedor, PSDB, para a atuação do instituto e qualificação dos filiados do partido.

Tendo em vista o quantitativo de informações coletadas por meio dos dirigentes citados e traçando paralelo com os demais conteúdos levantados acerca do que fazem as fundações e institutos partidários, é possível certificar que a priorização de ações se dá na convergência de conteúdo ideológico e formação de quadros políticos,

com diferentes níveis de qualificação, porém, igualmente, é possível enxergar certa dificuldade dos braços acadêmicos dos partidos políticos em apresentar uma efetiva atuação no que compete as finalidades estatutárias.

3.3 Órgãos de Fiscalização e Controle

Como este trabalho fez considerável menção aos órgãos de fiscalização e controle dos institutos, fundações e até mesmo partidos políticos, cabe aqui destacar a atuação deles no que tange às instituições partidárias, bem como impressões relacionadas à legislação vigente que abarca a tratativa posta. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é o órgão que tem a competência de tratar sobre as fundações partidárias mencionadas, e ao Tribunal Superior Eleitoral compete tratar sobre os institutos e partidos políticos.

O MPDFT oferece relativa boa vontade para disponibilizar as informações das fundações que fiscaliza, porém, não em ambiente digital e nem de acesso público. É preciso acessar os dados via e-mail ou por meio de arquivo eletrônico retirado pessoalmente na sede do órgão. Com relação ao TSE, os dados seguem padronização de publicidade e disponibilidade para acesso. Não sendo, portanto, de formato igual ao do MPDFT.

Ambas as instituições não disponibilizaram considerações formais quanto à legislação que ampara os institutos e fundações partidárias, tampouco, sobre a diferença de vinculação. Ou seja, a não existência da padronização de fiscalização e controle para fundações e institutos não encontrou considerações perante os órgãos. A ambos foi solicitada contribuição por meio de respostas eletrônicas a perguntas pontuais e exclusivas com relação aos braços acadêmicos dos partidos políticos, porém sem retorno formal. Por mais de três meses houve tentativa de retorno, sempre com retorno de novos prazos descumpridos. Trata-se de mais um indicador que demonstra a dificuldade de transparência do ambiente que envolve os braços acadêmicos dos partidos políticos. No entanto, por meio de diálogos não formalizados, porém, não restritos, confidenciais ou anônimos, foi evidenciada falta de clareza e justificativa legal que motiva a diferença do relacionamento das fundações e institutos com os órgãos de fiscalização e controle, mesmo tendo em vista paridade da legislação.

Com a construção feita até aqui é considerado relevante o papel exercido pelo

MPDFT e pelo TSE, porém, desafiador compreender a convergência entre os dois órgãos que concentram a fiscalização dos institutos e das fundações, principalmente no tocante ao estímulo do desenvolvimento das instituições. Não há parâmetro claro de como os procedimentos de prestação de contas poderão convergir com qualidade na atuação das fundações e institutos, mas existe maior preocupação quanto à lisura e às ações republicanas das entidades. Os órgãos de fiscalização abarcam importância, mas ainda precisam se organizar para dar mais respostas ao retorno qualitativo ao ambiente político partidário e, também, compreender tendência entre Ministério Público e Tribunal Superior Eleitoral.

Percebe-se, porém, que o MP se faz mais exigente e criterioso na relação com as instituições acadêmicas dos partidos políticos do que o TSE, uma vez que o Ministério Público exige validar, previamente, as ações das fundações por meio do registro de atas para posterior avaliação das contas das instituições. Ou seja, para o ano corrente de atividades das fundações, é necessário apresentar dotação orçamentária com relatório de atividades prospectadas. Trata-se de um procedimento que impacta diretamente no planejamento das fundações partidárias, uma vez que, caso não seja aprovado o conteúdo apresentado, deverá, por segurança, a fundação rever seu plano de atividades até alcançar validação convergente com seu estatuto e legislação vigente. Porém, cabe destacar, que até mesmo por opiniões de membros do MP, não há, sequer, compreensão padronizada dos que atuam na instituição sobre os papéis que competem as fundações e como direcionar sua fiscalização e controle.

3.4 Transparência de atuação das Fundações e Institutos por meio de canais de Comunicação Digital

O ambiente digital é um importante canal para verificar aspectos de atuação das instituições que são objeto de análise. O grau de transparência, publicidade, atividades e produtos pode ser constatado por meio de informações oficiais contidas na internet, seja pela divulgação de eventos ocorridos, calendários prospectivos e relatórios.

Partindo da análise da instituição que mais procedeu à devolução de recursos para seu partido de origem, o Instituto Álvaro Valle, vinculado ao PR, atual PL, apresenta-se em seu site mensagens de manutenção, porém disponibiliza cursos de formação política a distância, com arquivos em PDF, mas sem critério de avaliação.

Além disso, disponibiliza vídeo aulas, também sem procedimentos de avaliação ou controle de acessos. No que se refere ao aspecto ideológico, há divulgação própria de que o PL é o único partido a colocar em livro sua doutrina, demonstrando preocupação em evidenciar identidade liberal. Outras publicações em formato de livro estão propagandeadas na área de obras literárias com abordagem de temas diversos, não somente ao tocante ideológico: de romance com conotação política a abordagens científicas como clonagem humana. Não há, porém, informações de agendas e nem de eventos realizados pelo instituto, também não há menção a currículos do seu corpo diretivo e tampouco menção às contas do instituto ou calendário de ações futuras. O site oficial da instituição não apresenta acessibilidade.

Avançando para a segunda instituição que mais devolveu recursos para seu partido mantenedor, a FRB, vinculada ao PRB, atual Republicanos, tem-se um ambiente que promove apresentação institucional digital dinâmica, objetiva, com indicação de localidade e relativa movimentação de atividades, calendário público, eventos constantes, cursos presenciais e on-line, notícias internas e de conjuntura, bem como inovação ao ofertar curso de graduação em faculdade própria recém-inaugurada e cursos de idiomas. No tocante à transparência, os currículos dos profissionais que lideram a fundação estão públicos, porém não há qualquer menção às contas da instituição. Existe também menção a uma subseção existente no estado de São Paulo, porém, sem clareza institucional de atuação. O site não é acessível a pessoas com deficiência e também não apresenta dados relativos às contas da instituição. Contudo, positivamente, chama atenção a valorização dada para os cursos que promovem a participação das mulheres na política.

A terceira instituição com seu ambiente digital avaliado é o Instituto Tancredo Neves de Estudos Políticos e Sociais, que cabe rememorar, transformou-se em Instituto Liberdade e Cidadania, vinculado ao DEM. O site do Instituto apresenta um curso básico de formação política sem critério avaliativo e controle do aproveitamento de frequentadores. Além disso, um fórum de debates datado de 2012 está destacado junto à disponibilidade de uma revista digital e sete publicações de temas e autores diversos, porém, sem nenhum deles adentrar o aspecto ideológico. O site não é acessível para pessoas com deficiência e não oferta calendário de atividades futuras e nem informações sobre suas finanças. No entanto, informa nome e trajetória do seu novo presidente, sem informar demais quadros diretivos.

Em seguida, analisando o Instituto Teotônio Vilela, braço acadêmico do PSDB,

percebe-se instabilidade do site, mas com considerável volume de produções acadêmicas e investimento em um acervo multimídia e multidisciplinar, principalmente no tocante a temas nacionais, não estando ali, presente qualquer publicação puramente ideológica. Existe também uma espécie de TV on-line com produções de vídeos de conteúdos diversos e informações de quadros do partido que tiveram contribuição junto ao Instituto, nomenclatura de dirigentes, mas ausência de transparência das finanças do instituto. Destaca-se o fato de afirmar possuir sede em Brasília e regionais nos outros 26 estados brasileiros, é uma atuação geograficamente robusta. O site também não é acessível e não apresenta clareza quanto a calendário de eventos e cursos de formação e capacitação.

Por último, é analisada a Fundação João Mangabeira, vinculada ao PSB. Percebe-se muita clareza nas pautas socialistas e produção de conteúdos ideológicos. Não obstante, é identificado espaço para uma escola de formação com conteúdos políticos mais gerais e a pauta socialista evidente. Já o calendário de eventos é apresentado em formato de notícias de atividades já ocorridas e não divulgação de ações futuras. Um espaço para TV on-line é citado sem muito conteúdo e a menção ao corpo diretivo está presente nas notícias, não em espaço específico; também não se apresentam informações financeiras da fundação e o site apresenta link funcional para acesso de pessoas com deficiência.

Ao promover breve análise do ambiente digital das cinco instituições tratadas é notória a convergência da pauta de formação política. É um tema que não foge a nenhuma das entidades, mesmo que adotando superficialidade na abordagem. Algumas apresentam maior volume de conteúdo e outras menos, porém, é perceptível preocupação com a temática.

Além disso, deslocando moderadamente do que foi retratado estritamente na esfera digital dos institutos e fundações trabalhados, e já fazendo menção às duas fundações que serão objeto de análise a seguir, cabe recordar visita pessoal feita à sede institucional da Fundação Republicana Brasileira e também à sede da Fundação João Mangabeira.

A primeira fundação já contava com estrutura operacional visível, porém em expansão para um novo prédio que já foi inaugurado, inclusive sendo a sede do partido político que a mantém e a faculdade subsidiada pela FRB. Foi possível identificar volume de trabalho, mas ausência de detalhes para compreender como é feito o processo seletivo para quem é contemplado pelas atividades da fundação. Já

na visita feita à sede da Fundação João Mangabeira foi observada movimentação operacional tranquila, porém muito organizada, principalmente com questões relativas à história do partido, quadros partidários e até mesmo da sua fundação. Chamou bastante atenção a quantidade de publicações físicas e a clareza ideológica do que o partido, subsidiado por sua fundação, representa na democracia brasileira. De fato, uma instituição madura, mas que também não apresentou quantitativos relacionados às pessoas formadas por ela. Cabe também mencionar constatação de priorização dos partidos políticos e resultados eleitorais em detrimento das pautas das fundações. Elas se colocam em papel auxiliador e não protagonista mesmo que exercendo autonomia regulamentada em lei.

O rastro deixado pelas instituições no decorrer de suas ações demonstra que as atividades têm mais apego a uma certa disponibilidade de conteúdo, mais ou menos denso, do que com o rompimento de limitações quanto ao incentivo para utilização dessas informações ofertadas. Não há dado quantitativo de pessoas que se relacionaram com as fundações e institutos. Não é demonstrada quantidade de participantes nas aulas e cursos, número de formados com desempenho satisfatório e, tampouco, direcionamento dado ou aproveitamento dessas pessoas após o relacionamento com as instituições analisadas. Nota-se também ausência de informações orçamentária das instituições em contraponto a algumas apresentações mais transparentes dos quadros diretivos que fazem a gestão dos institutos e das fundações. É um todo muito vago sem, de fato, demonstrar os resultados obtidos com as atividades das fundações e dos institutos. Ou seja, é difícil justificar a existência das instituições em questão, quando não se verifica um retorno palpável do que fazem.

No Quadro 6, é apresentada uma síntese da análise feita no ambiente de cada uma das instituições citadas, por meio de uma avaliação que contempla a transparência das informações disponibilizadas pelas instituições, o nível de produção de cada uma das entidades, o calendário de eventos e atividades dos institutos e fundações e, em seguida, a estrutura presente e verificada em cada uma delas.

Quadro 6 – Análise no Ambiente Digital das Instituições

INSTITUIÇÃO	PARTIDO	TRANSPARÊNCIA	PRODUÇÕES	CALENDÁRIO	ESTRUTURA
Instituto Álvaro Valle	PR/ PL	Ruim	Razoável	Ruim	Não identificado
Fundação Republicana Brasileira	PRB / REPUBLICANOS	Razoável	Razoável	Bom	Ótima
Instituto Liberdade e Cidadania	DEM	Razoável	Razoável	Ruim	Não identificado
Instituto Teotônio Vilela	PSDB	Razoável	Bom	Ruim	Boa
Fundação João Mangabeira	PSB	Razoável	Bom	Razoável	Ótima

Fonte: elaboração do autor

O indicador de transparência retrata o que já foi apontado em outras fases da presente da dissertação no sentido de acesso aos dados e, principalmente, no que se refere a qualidade desses elementos. Há uma insistente prática de divulgação de superficialidades e, quando necessário acesso a informações mais completas, demonstra-se uma relativa desorganização por parte dos institutos e fundações para disponibilizá-las. Tal situação, corrobora até mesmo hipótese de ausência de ações mais qualificadas.

No quesito produções, que abarca o conteúdo desenvolvido pelas fundações e institutos, percebe-se melhoria ao comparar outros indicadores abordados, tal fato, deve-se ao formato acadêmico que corrobora com os produtos das fundações. Diversos quadros contribuem com opiniões relevantes para compor essa frente, tanto pertencentes aos partidos vinculados, quanto por voluntários que ofertam aporte por demanda em temas que os envolvem. É uma forma das instituições acumularem substância em seus portfólios. Esse lastro produtivo merece destaque, porém, ao mesmo tempo, faz jus a atenção, tendo em vista que a divulgação de tais conteúdos esbarra em superficialidade estrutural das instituições.

No tocante ao calendário das fundações e institutos, somente uma instituição oferta boa movimentação de atividades, ao menos quanto a encontros temáticos e reuniões. Não é possível afirmar que o conteúdo presente nesses eventos seja demasiadamente qualificado, mas ao menos, gera movimentação da instituição e indiretamente do partido que a mantém. No mais, todas as outras fundações e institutos carecem de movimento que gera visibilidade, é apresentado um lapso temporal entre um evento e outro, evidenciando que as atividades externas são sobrepostas pelas possíveis rotinas internas.

Quanto ao elemento estrutura, percebe-se como o melhor indicador levantado dessas instituições. Mesmo não sendo possível promover constatação pessoal de todos os institutos e fundações, os dados levantados, como, fotos, localização e

referências, fortalecem esse item como ponto chave. Os espaços físicos de funcionamento dos braços acadêmicos dos partidos, somados aos quadros que ofertam conteúdo para as fundações e institutos, corroboram com a boa impressão gerada pela estrutura dessas instituições.

3.5 Administração Financeira das Fundações (Aplicação dos Recursos)

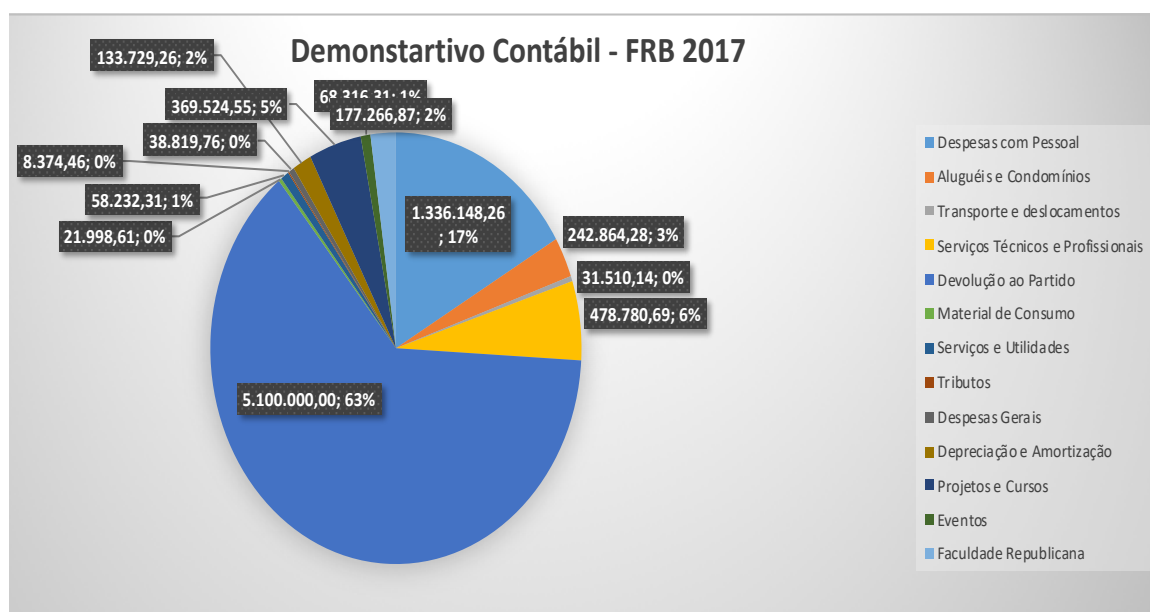
Uma das grandes discussões trazidas até aqui acerca dos braços acadêmicos dos partidos políticos refere-se à questão financeira. A fonte de recursos das instituições, já bastante abordada, estabelece, obrigatoriamente, um formato de relacionamento junto aos órgãos de fiscalização e controle. Neste momento, destaca-se a diferença entre as fundações partidárias e os institutos, não afastando, porém, a similaridade de atuação entre elas.

Ao destacar as cinco instituições que promoveram devolução de dinheiro para os seus respectivos partidos vinculados, rememora-se que na tratativa sobre prestações de contas, ficou claro que as fundações se vinculam ao Ministério Público e os institutos à Justiça Eleitoral. Como o objeto principal da dissertação consiste nas fundações partidárias, é possível avançar análise – não para efeito de comparativo direto entre as duas, mas sim com destaque para cada uma delas – junto a duas instituições: Fundação João Mangabeira, vinculada ao PSB, e Fundação Republicana Brasileira, vinculada ao Republicanos, antigo PRB. A referência periódica para a análise será o ano de 2017, a mais atual a ofertar, obtida mediante requerimento com relação às prestações de contas das fundações, tendo como base dados públicos disponibilizados pelo MPDFT.

Os dados das prestações de contas das fundações foram disponibilizados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), já os dados dos institutos não foram encontrados junto ao MP de Brasília e nem junto ao MP de São Paulo, conforme declaração do órgão (Apêndice B). Justifica-se a tentativa de encontrar dados das prestações de contas dos institutos via MP, mesmo tendo sabendo que a competência de analisar as contas dos institutos é do TSE, pelo fato de que as instituições ligadas ao DEM e ao PL, antigo PR, apresentarem migração de formato entre fundações e institutos. Tal situação aponta falta de nitidez do local em que suas contas estariam publicitadas e indicativo de que é preciso melhorar o quesito transparência nos dados relativos aos braços acadêmicos dos partidos.

Na fundação ligada aos Republicanos, observa-se no Gráfico 1 e no Apêndice C, o relevante e já citado valor devolvido para o partido, 79% do total recebido no ano corrente, mais de cinco milhões de reais. No tocante ao detalhamento dos gastos, percebe-se fragmentação, tendo a despesa com pessoal ocupado a segunda posição de investimento com mais de um milhão e trezentos mil reais e, em seguida, com quase quinhentos mil reais, a classificação de serviços técnicos e profissionais, se colocando como o terceiro tópico com maior recebimento financeiro. Dando continuidade ao destacado nas demais classificações, cita-se o objeto de projetos e cursos, com o uso de quase trezentos e setenta mil reais das receitas da FRB. Aluguéis e condomínios somaram mais de duzentos e quarenta mil reais e, talvez, a maior inovação da fundação, a Faculdade Republicana, percebeu utilização de quase cento e oitenta mil reais. Já a classificação de depreciação e amortização apresenta valor de pouco mais de cento e trinta mil reais; os eventos, quase setenta mil reais, os serviços e utilidades, quase sessenta mil reais, as despesas gerais, quase quarenta mil reais e o transporte e deslocamento com um pouco mais de trinta mil reais. Por fim, a estratificação do uso dos recursos da FRB apresenta material de consumo desprezando pouco mais de vinte mil reais e os tributos não chegaram a nove mil reais das receitas totais da instituição (MPDFT, 2019).

Gráfico 1 – Demonstrativo Contábil FRB 2017



Fonte: Adaptado de TSE (2017)

Com o detalhamento apresentado, é possível verificar que a Fundação Republicana Brasileira diversifica suas despesas mesmo atendendo expressivo percentual de devolução de suas verbas para o seu partido vinculado. Outro parâmetro que pode ser recordado neste tópico é a avaliação do ambiente online da instituição. As publicações nos canais oficiais da fundação e as impressões coletadas por meio de informações públicas, ainda lembrando o ano de 2017, para convergência com o período de análise das contas, apontam a FRB como uma fundação atuante. Além disso, promovem-se atividades no Brasil para treinar pessoas, formar lideranças e se estabelecer como uma instituição que justifica sua existência na busca de qualificação e construção de perfis para ingresso em seus quadros. O investimento em projetos e cursos, que aparece com direcionamento de um dos maiores repasses da instituição analisada faz-se importante destacar por ser uma das principais portas de entrada para a instituição. As temáticas que sobressaem se apresentam na esfera política e mulheres. Com a início das movimentações para criação da Faculdade Republicana, que hoje já é uma realidade, as movimentações dos projetos e cursos poderão direcionar as pessoas para ingresso acadêmico (MPDFT, 2019).

Com relação à segunda fundação analisada, a João Mangabeira, observa-se no Gráfico 2 e no Apêndice D com as informações contábeis, percebe-se que a devolução de recursos para seu partido de origem, o PSB, não ocupa as primeiras posições do direcionamento das receitas.

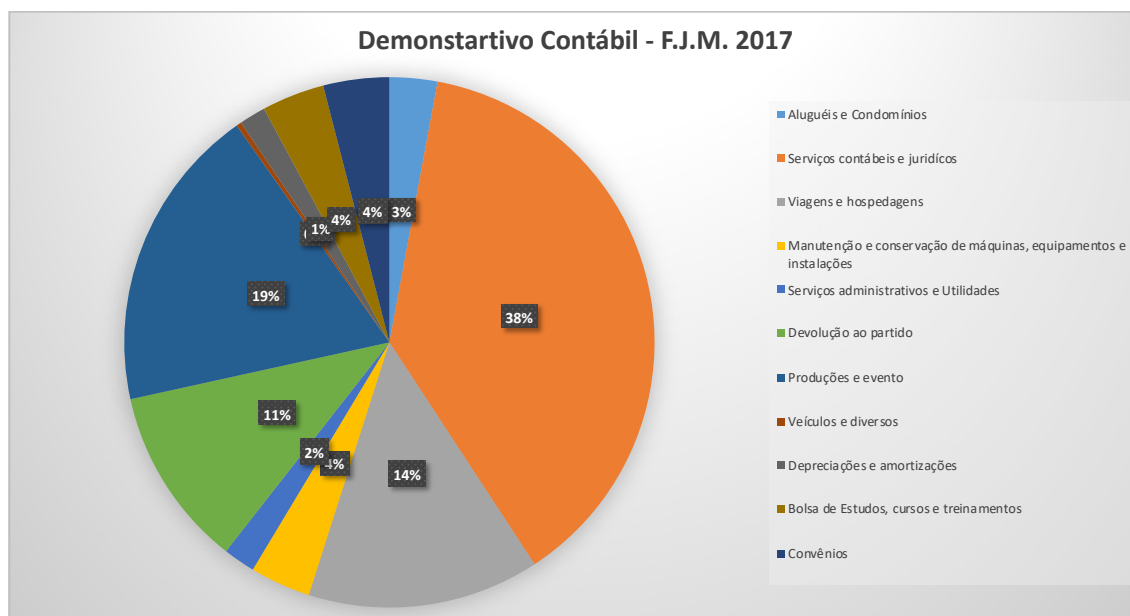
Avançando para o detalhamento financeiro em si, é possível observar que a maior despesa da João Mangabeira no ano de 2017 foi com serviços jurídicos e contábeis, totalizando o valor um pouco maior que de dois milhões setecentos e cinquenta mil reais. A segunda despesa mais alta da fundação foi com pessoal, tendo direcionado cerca de dois milhões trezentos e sessenta mil reais. Já o terceiro gasto mais elevado da João Mangabeira foi com produção e eventos, tendo indicado cerca de um milhão trezentos e cinquenta mil reais. No tocante a viagens e hospedagens, a fundação do PSB, gastou aproximadamente um milhão e trinta mil reais, sendo sua quarta maior despesa. Em quinto, o destaque fica para a devolução de oitocentos mil reais feitos pela FJM para o PSB, 10% do total recebido. Os convênios aparecem na sexta posição de direcionamento dos recursos com um pouco mais de duzentos e noventa mil reais, seguido por bolsas de estudos, cursos e treinamentos com quase duzentos e oitenta mil reais de despesas na sétima posição. Em oitavo lugar tem-se

o gasto de quase duzentos e setenta mil reais com a manutenção e conservação de máquinas, equipamentos e instalações. Em seguida, na nona posição, apresenta-se a despesa com aluguéis e condomínios com cerca de duzentos e onze mil reais. Os serviços administrativos ocupam a décima posição das despesas com aproximadamente cento e quarenta mil reais, seguidos pelas depreciações e amortizações com quase cento e vinte mil reais na décima primeira posição de despesas e, por último, cerca de vinte e três mil reais gastos com veículos e diversos na décima segunda posição (MPDFT, 2019).

Ao apresentar a fragmentação dos gastos da FJM, fica evidente que houve pluralidade de despesas para a destinação dos recursos percebidos pela fundação que, quase em totalidade, se direcionaram para atividades que, ao menos contabilmente, destinam-se ao desenvolvimento da fundação. Com relação ao mérito dos gastos, chama atenção o volume financeiro que abarca serviços jurídicos e contábeis, principalmente quando comparado a entregas relacionadas a eventos, cursos e atividades que tenham viés acadêmico. Talvez, pelo fato de a fundação ter um corpo diretivo com mais tarimbo político, como ex-governadores, ex-ministros e afins, o amparo jurídico contábil apresente maior demanda (MPDFT, 2019).

De toda forma, a Fundação João Mangabeira disponibiliza uma considerável quantidade de publicações, até mesmo por seu histórico de atuação, com pauta ideológica clara, o valor dado para estudos convergentes com as pautas socialistas apresenta qualidade e credibilidade produtiva da instituição. Mais detalhes sobre o histórico, objetivos e formato de atuação ideológica profissional da fundação ligada ao PSB serão apresentados a seguir pelo questionário preenchido por um dos seus dirigentes.

Gráfico 2 - Demonstrativo Contábil FJM 2017



Fonte: Adaptado de TSE (2017).

Observa-se com a análise da prestação de contas das fundações ligadas ao PSB e ao Republicanos, que a existência da fragmentação das despesas não impõe uma regra de atuação das fundações, mas gera uma referência do direcionamento dos recursos, como despesas com pessoas, eventos e ações acadêmicas, cursos, eventos e produções de material de conteúdo. São um tanto quanto individuais a gestão e a administração financeira de cada uma das fundações, mas a legislação que atua junto delas, sem ferir na autonomia e observando a execução orçamentária das fundações, norteia como poderá ser feita a utilização dos recursos. Além disso, para as fundações fiscalizadas pelo MPDFT, faz-se necessário encaminhamento de dotação orçamentária anual ao órgão. Essa é uma referência para aporte dos recursos, tendo em vista que, caso exista alguma não conformidade, será apontada pelo órgão e possivelmente ajustada pela fundação.

3.6 Autonomia e Sustentabilidade Financeira das Fundações

Cabe destacar neste tópico, ao fechar o terceiro capítulo que aborda a atuação das fundações e institutos, profunda dependência financeira dessas instituições perante seus partidos políticos mantenedores. Conforme já mencionado, ao se estabelecer obrigatoriedade de repasses das agremiações para os seus braços acadêmicos, tendo nessa fonte tendência de exclusividade, é intrínseca a relação de

sujeição das fundações e institutos perante os resultados eleitorais alcançados pelos partidos.

Ao detalhar as atividades das fundações e institutos e apontar a ausência de fontes alternativas de receita na dinâmica delas, somada a visível demanda dos partidos políticos para usufruir do que aportam em seus braços acadêmicos, seja por meio de produção de conteúdo ou ações focadas em eventos, é identificado possível impacto na autonomia de gestão das fundações e institutos.

Dentre o apontamento do que fazem as fundações e institutos, pela análise do conteúdo estatutário e lembrando o quadro 4 do primeiro tópico deste capítulo, observa-se não serem feitas relevantes ações para elevar as receitas dessas instituições, mesmo que sendo possível perante a legislação. Salvo alguma iniciativa de cunho acadêmico que culmina em vinculação de uma faculdade presencial a uma das fundações, porém, ainda, sem destaque, quanto a sua sustentabilidade, se há receita, se ela é deficitária ou superavitária.

Na percepção dos dirigentes se confirma esse não apontamento relevante acerca de buscas por receitas alternativas às geradas pelos partidos políticos, porém, demonstra que essa não é uma preocupação de acordo com a presença de certo comodismo junto a segurança dos repasses partidários. Ainda assim, é identificada pouca profundidade na crítica que envolve o retorno das sobras das fundações para os partidos, conotando cautela à possíveis apontamentos ou incômodo com a sobreposição dos partidos políticos perante as fundações e institutos.

No entanto, no que se refere aos órgãos de fiscalização e controle, mesmo com a falta de padronização do que é atribuído ao MP para fundações e ao TSE para institutos, é evidente a tentativa de assegurar a autonomia dos braços teóricos dos partidos para que atuam sem demasiada influência partidária. Tampouco, além dos elementos destacados, é razoável apontar que nas informações expostas dentro dos canais digitais das fundações e dos institutos exista a apresentação de fontes alternativas de receitas ou aspectos que tratem sobre as receitas preexistentes em si. Ainda assim, ao avaliar a aplicação dos recursos de duas instituições também não é constatada entrada financeira de recursos além dos que são exclusivamente provenientes dos partidos políticos. Contudo, o volume de devoluções desses recursos para os partidos, aponta possível interferência na autonomia das instituições trabalhadas.

Dado volume de informações postas quanto as receitas e relação das

fundações e institutos, junto aos partidos políticos, percebe-se que sua sustentabilidade é dependente dos partidos políticos e igualmente sua autonomia é posta em prova tendo em vista a relação de dependência das agremiações. Assim como suas características de atuação se aproximam demasiadamente do apontado em seus estatutos, principalmente no que se refere formação política e construção de conteúdo ideológico.

CONCLUSÃO

O cenário político brasileiro demanda desafiadora compreensão, principalmente no que se refere aos instrumentos que atuam para manutenção da democracia no país. Os partidos políticos, suas fundações e institutos, fazem parte disso.

A relação das fundações com os partidos políticos foi explorada em diversas fases da pesquisa para compreender o grau de influência, que a legislação e as alterações que abarcam os partidos, puderam exercer nas fundações e institutos. Com isso, ficou verificado que por mais que a autonomia estivesse presente, conforme previsão legal, ocorria uma questão híbrida nas atividades que contemplaram o apoio e o fomento aos partidos políticos direta e indiretamente. As fundações apresentaram, a todo momento, ligação com seus partidos mantenedores.

É intrigante compreender o arranjo institucional que envolve essa autonomia citada na legislação. As fundações estão subordinadas ao resultado eleitoral dos partidos políticos, uma vez que a manutenção financeira delas depende do desempenho das legendas. A saúde financeira de cada uma das instituições está totalmente atrelada à performance da agremiação. Em contraponto, elas ficam vedadas de atuar nas campanhas políticas. O efeito disso é mais uma contradição entre dependência de atuação e vedação legal.

Por falar em questão financeira, ao pesquisar sobre a prestação de contas das fundações e institutos, com intuito de encontrar um ambiente de transparência e fácil acesso às informações, foi feita checagem dos dados formais relativos ao ano de 2017 que apontaram relevantes devoluções de recursos das fundações e institutos para os partidos políticos. Algo que, mesmo demandado esclarecimento junto as instituições que procederam com essa prática, não foi alcançado. Fica como provocação, analisar, quando oportuno, a disponibilidade dos dados e informações futuras para checar o volume dessas possíveis devoluções. Até mesmo, verificar se existe tendência na prática e, principalmente, se esse ajuste financeiro, impacta no desenvolvimento de atividades e resultados das fundações.

Ainda assim, dados gerais sobre as prestações de contas, quando em formato de instituto, tiveram que ser analisados dentro das prestações de contas dos partidos junto ao TSE, em modelo pouco esclarecedor. Já as informações relativas as fundações, tiveram que ser requeridas, com grande dificuldade de acesso, junto ao

MP para que fossem olhadas fisicamente. Nada de forma online. Está aí, um apontamento de melhoria para o ambiente. Cabe lembrar que o órgão de fiscalização das fundações partidárias é o MP e dos institutos o TSE.

Outro ponto que ficou concentrado durante o trabalho, na tentativa de pesquisar no detalhe o que fazem as fundações e institutos, foi que, por mais sólida que fosse a presença das finalidades estatutárias das instituições, mesmo quando se apoiando na atribuição de fomentar a ideologia partidária com a capacitação de quadros, constava dificuldade de resultado. Ou seja, ausentava-se retorno palpável das fundações para seu ambiente. Um indicador encontrado se deu na ausência de lastro ou divulgação de ações dos possíveis capacitados pelas fundações. Isso faz com que a finalidade das fundações fique subjetiva, gerando demanda por mecanismos que possam estimular contrapartidas dos braços acadêmicos dos partidos políticos.

Quando ocorrida abordagem junto a dirigentes de fundações e institutos, com a intenção de colher informações sobre aporte de recursos, relação com partidos mantenedores e atividades, constatou-se um retrato das finalidades estatutárias em questões pontuais, porém, sem a demonstração efetiva dos resultados alcançados com essas ações. Além do que, se fez presente nos questionamentos, relativa evasão ao se tratar aspectos financeiros. Em suma, quem respondeu o questionário evitou entrar no tema, outros, sequer, quiseram responder.

Retomando menção aos órgãos de fiscalização e controle citados no trabalho por serem responsáveis em apontar possíveis não conformidades na atuação dos braços acadêmicos dos partidos. Identifica-se que a contribuição dessas instituições por si só, não basta. É preciso tratar sobre o amadurecimento da legislação, levando em consideração que a lei, na medida em que distancia as fundações dos partidos políticos, os aproxima, dificultando a identificação de limites. Além disso, a fragmentação entre a Justiça Eleitoral e o Ministério Público, embaraça a padronização de relacionamento e critérios exigidos pela justiça perante as atividades das fundações e institutos (TSE, 2019).

Essa mistura de competências gera disparidade nas exigências legais, causando a percepção de que se tem maior suavidade na atuação do instituto do que da fundação. Em dado momento do estudo, foi constatada migração de enquadramento legal de algumas fundações para institutos, levantando a hipótese, que precisa ser confirmada, de que essa transformação se motiva pelos parâmetros da fiscalização.

Tendo como base a evolução da dissertação durante o processo de pesquisa e análise, é factível concluir que as fundações partidárias precisam de mais amadurecimento, clareza em suas atribuições e estruturas que estimulem e acompanhem seus resultados efetivos, saindo de um ambiente superficial para chegar a uma situação de retorno concreto. As alterações ocorridas na 55ª legislatura abriram margem para afetar a saúde financeira das instituições e automaticamente suas atividades.

Um fator como a fragilidade financeira e a possível influência, sem controle, dos partidos políticos, precisa ser moderado para resguardar o cumprimento do papel institucional das fundações e fazer com que elas atuem em um ambiente favorável no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017*. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Financiamento de campanha*: Câmara aprova doações de empresas para partidos. 2015. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/489067-FINANCIAMENTO-DE-CAMPANHA-CAMARA-APROVA-DOACOES-DE-EMPRESAS-PARA-PARTIDOS.html>>.

CARVALHO, Gladaniel Palmeira. *Partidos políticos e suas fundações*. 2015. Disponível em: <<http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/promotorias-justica-menu/pjfeis-menu/402-partidos-politicos-e-suas-fundacoes>>. Acesso em: 31 maio 2019.

FERNANDES, Ivan F. A. L.; DANTAS, Humberto. *Fundações partidárias no Brasil e no mundo*: funções legais, ações formativas e análise em perspectiva comparada. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/fundacoes-partidarias-brasil-funcoes-legais-acoes-formativas.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2019.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. Disponível em: <<http://www.fjmangabeira.org.br>>.

FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA. Disponível em:

<<https://fundacaorepublicana.org.br/portal/>>.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Orgs.) *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

INSITUTO FUNDAÇÃO ALVARO VALLE. Disponível em: <<http://institutoalvarovalle.org.br/>>.

INSTITUTO LIBERDADE E CIDADANIA. Disponível em: <<http://www.flc.org.br/o-instituto>>.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA. Disponível em: <<http://itv.org.br/home>>.

LUCENA, Vinicius. *Como ficam as campanhas após o fim do financiamento privado*.

Disponível em: <www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/131482/137044>.

Acesso em: 21 fev. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Thamiris; OLIVEIRA, Luiz; GOMES, Vinicius. *Crise Institucional brasileira e a imagem dos partidos nas Propagandas Partidárias Gratuitas*. Disponível em:

<<https://jornal.usp.br/atualidades/como-ficam-as-campanhas-apos-fim-do-financiamento-privado>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MEZZARROBA, Orides. *Partidos políticos: princípios e garantias constitucionais Lei 9.096/95 – Anotações Jurisprudenciais*. Curitiba, Juruá, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Disponível em: <<http://www.mpdft.mp.br/portal>>.

NASPOLINI, Samuel Dal-Farra. *Pluralismo político: subsídios para análise dos sistemas partidários e eleitoral em face da Constituição Federal*. Curitiba, Juruá, 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, Salatiel Robson Barbosa. *Transparência ativa na web: uma análise dos diretórios nacionais dos partidos políticos brasileiros e suas fundações*. Monografia. Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

PORTAL TRANSPARÊNCIA PARTIDÁRIA. Disponível em:
<<http://www.transparenciapartidaria.org>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

REIS, Eliana T.; GRILL, Igor G. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências. *Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 16, n. 37, set./dez. 2017.

SOUSA, Vinícius. *As fundações partidárias no contexto da reforma política*. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/as-fundacoes-partidarias-no-contexto-da-reforma-politica>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

TEIXEIRA, Miro. Comunicado pessoal via telefônica em 5 jun. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resolução nº 23.546, de 18 de dezembro de 2017*. Regulamenta o disposto no Título III - Das Finanças e Contabilidade dos Partidos - da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235462017.html>>.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Fundo Partidário*. Disponível em:
<http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario>.

ZAMPIERI, Natália. Criminalização da Política e Politização da Justiça. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, Fortaleza. 2014.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

1. Onde a fundação/instituto aposta seus principais esforços? O que prioriza?
2. O que a fundação/instituto mais forma? Por exemplo, filiados, dirigentes ou quadros políticos para ocupar mandato eletivo?
3. De forma objetiva, como a fundação usa seus recursos?
4. Como é a relação da fundação/instituto com o partido político a que está vinculada? Existe demanda do partido pela devolução de recursos direcionados para a fundação/instituto?
5. A fundação/instituto faz alguma publicação? Caso sim, qual?

APÊNDICES

REPUBLICANOS / PRB



Data e hora de impressão: 25/04/2018 às 11:35



P1000020000BR5560661A

JUSTIÇA ELEITORAL

DEMOSNTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017PARTIDO/SIGL PRB - PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO

Nº PARTIDO: 10

CNPJ: 07.665.132/0001-81

ESFERA: Nacional

UF: BR

Nº Banco: 001
Nº Agência: 3129
DV(Agência): 1
Nº Conta: 15382-6
DV(Conta): 6

PROCEDÊNCIA		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CNPJ nº		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	2.708.005,56	0,00	6.087.336,53	0,00	4.429.440,27	2.693.007,35	2.276.317,48	2.074.628,33	2.074.628,33	2.812.592,80	2.824.647,17	4.223.653,73	32.204.257,55
BANCO DO BRASIL S.A	00.000.000/3204-20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,75	0,00	0,00	0,00	0,00	101,75
Fundação Republicana Brasileira	08.840.064/0001-02	5.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100.000,00
Miranda Turismo e Representações Ltda	24.929.614/0001-10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292,70	0,00	1.387,79	0,00	0,00	1.680,49
TOTAL														37.306.039,7

DEMOCRATAS



Data e hora de impressão: 25/04/2018 às 18:10



P2500020000BR1056182A

JUSTIÇA ELEITORAL

DEMOSNTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL DEM - DEMOCRATAS

Nº PARTIDO: 25

CNPJ: 01.633.510/0001-69

ESFERA: Nacional

UF: BR

Nº Banco: 001
Nº Agência: 3596
DV(Agência): 3
Nº Conta: 412137-6
DV(Conta): 6

PROCEDÊNCIA		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CNPJ nº		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	2.506.981,44	0,00	5.635.388,43	0,00	4.100.628,43	2.493.096,60	2.107.313,89	1.920.621,88	1.920.621,88	2.603.804,83	2.614.964,37	3.906.241,75	29.809.688,58
		30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00
CICERO ALVES DE NORONHA FILHO	27.144.372/0001-48	0,00	0,00	0,00	81,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,75
ROSELAINE DA SILVA CARDONA	25.829.651/0001-10	7,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,74
Instituto Tancredo Neves de Estudos Políticos e Sociais	01.610.922/0001-83	2.767.491,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.491,42
TOTAL														32.577.299,4

PSB

JUSTIÇA ELEITORAL
DEMOSNTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL PSB - PARTIDO SOCIALISTA
 BRASILEIRO
ESFERA: Nacional

Nº PARTIDO: 40
UF: BR

CNPJ: 01.421.697/0001-37

Nº Banco: 001
Nº Agência: 3596
DV(Agência): 3
Nº Conta 412231-3
DV(Conta): 3





PROCEDÊNCIA		JANEIRO R\$	FEVEREIRO R\$	MARÇO R\$	ABRIL R\$	MAIO R\$	JUNHO R\$	JULHO R\$	AGOSTO R\$	SETEMBRO R\$	OUTUBRO R\$	NOVEMBRO R\$	DEZEMBRO R\$	TOTAL R\$
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	3.799.835,54	0,00	8.541.665,87	0,00	6.215.328,67	3.778.790,26	3.194.096,86	2.911.089,47	2.911.089,47	3.946.590,90	3.963.505,42	5.922.933,17	45.184.925,63
DIRETORIO ESTADUAL DE HOTEL NACIONAL S/A	01.292.307/0001-76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.996,60	0,00	49.996,60
FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA	72.629.140/0001-34	18.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,00	0,00	880,00	19.712,00
DORALICE SANTOS RIBEIRO FEHR	38.050.712/0001-98	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Direção Municipal/Comissão Provisória - PSB - SOBRAL -	172.381.978-63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
	01.346.807/0001-43	3,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,48

Página 1 de 3

PSDB

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO														
Partido: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA		Nº Partido: 45		Sigla: PSDB		CNPJ: 01.653.474/0001-20								
Esfera: Nacional		UF: DF		Município: Brasília		Exercício: 2017								
ORIGEM/PROCEDÊNCIA		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
TSE FP em Partido	CNPJ n.º													
TSE	00.509.018/0001-13	6.646.776,12	0,00	14.941.142,71	0,00	10.872.022,66	6.609.963,14	5.587.201,46	5.092.157,20	5.092.157,20	6.903.484,60	6.933.071,94	10.547.336,19	79.023.313,25
INSTITUTO TECTONICO VILELA	01.310.463/0001-12												3.779.061,91	3.779.061,91
TOTALS		6.646.776,12	0,00	14.941.142,71	0,00	10.872.022,66	6.609.963,14	5.587.201,46	5.092.157,20	5.092.157,20	6.903.484,60	6.933.071,94	16.126.398,10	84.804.375,14

Local e data: Brasília-DF, 31/12/2017

 Gerardo Akkmin Presidente	 Silvio Torres Treasurer	 Gustavo Kanfke Advogado/OAB nº 20839-DF	 Sérgio Fernandes Ferreira Contabilista/CBAP nº 024492/O-9-DF
---	---	---	---

AVANTE



Data e hora de impressão: 26/04/2018 às 17:08



P7000020000BR0312735A

JUSTIÇA ELEITORAL
DEMONSTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL AVANTE - AVANTE

Nº PARTIDO: 70

CNPJ: 59.933.952/0001-00

ESFERA: Nacional

UF: BR

Nº Banco: 104
 Nº Agência: 1533
 DV(Agência):
 Nº Conta: 415-0
 DV(Conta): 0

PROCEDÊNCIA	CNPJ nº	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	543.346,91	0,00	1.221.390,97	0,00	888.743,63	540.337,60	456.730,99	416.263,14	416.263,14	564.331,78	566.750,43	847.530,46	6.461.689,05
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189,50	0,00	0,00	0,00	189,50
Direção Estadual/Distrital PT do B - MINAS GERAIS	05.901.683/0001-71	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	790,00
Direção Municipal/Comissão Provisória - PT do B - BELO HORIZONTE - MG	05.940.833/0001-56	2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.335,00	550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.885,00
TOTAL														6.466.553,55

Página 1 de 2

MDB

JUSTIÇA ELEITORAL
DEMONSTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Nº PARTIDO: 15

CNPJ: 00.676.213/0001-38

ESFERA: Nacional

UF: BR

Nº Banco: 001
 Nº Agência: 3596
 DV(Agência): 3
 Nº Conta: 412116-3
 DV(Conta): 3

PROCEDÊNCIA	CNPJ nº	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	6.453.403,47	0,00	14.506,156,45	0,00	10.555,726,19	6.417,661,48	5.424,654,70	4.944,012,60	4.944,012,61	6.702,643,61	6.731,370,17	10.059,040,23	76.738.681,51
MESSIAS ANTONIO SANTOS DA SILVA	25.875.467/0001-06	0,00	0,00	68,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,80
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA	25.465.735/0001-11	29,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,40
Direção Municipal/Comissão Provisória - PMDB - CRISTIANO OTONI - MG	06.177.016/0001-50	0,00	0,00	0,00	0,00	72,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,31
TRIBUNAL REGIONAL DO	03.241.738/0001-39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.309,61	0,00	0,00	0,00	189.309,61

Página 2 de 5

PROGRESSISTAS/PP

JUSTIÇA ELEITORAL
DEMONSTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL PP - PARTIDO PROGRESSISTA **Nº PARTIDO:** 11 **CNPJ:** 00.887.169/0001-05
ESFERA: Nacional **UF:** BR
Nº Banco: 001
Nº Agência: 0452
DV(Agência): 9
Nº Conta 41610-X
DV(Conta): X

PROCEDÊNCIA		JANEIRO R\$	FEVEREIRO R\$	MARÇO R\$	ABRIL R\$	MAIO R\$	JUNHO R\$	JULHO R\$	AGOSTO R\$	SETEMBRO R\$	OUTUBRO R\$	NOVEMBRO R\$	DEZEMBRO R\$	TOTAL R\$
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	3.895.753,23	0,00	8.757.178,29	0,00	6.372.219,65	3.874.176,71	3.274.724,13	2.984.572,90	2.984.572,90	4.046.213,07	4.063.554,55	6.071.812,55	46.324.777,98
Direção Municipal/Comissão Provisória - PP - CARMO DO RIO VERDE - GO	23.860.199/0001-23	1,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,58
Direção Nacional - PSDB	03.653.474/0001-20	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	32,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,40
CARLA MARIA MACHADO DOS SANTOS	25.498.339/0001-90	0,00	0,00	0,00	675,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675,00
MARTIN CESAR KALKMANN	28.871.971/0001-26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,36	3,36
Direção	15.735.813	0,00	0,00	0,00	92,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92,47

Página 1 de 4

PSD



Data e hora de impressão: 19/04/2018 às 19:16



P5500020000BR7726151A

JUSTIÇA ELEITORAL
DEMONSTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO **Nº PARTIDO:** 55 **CNPJ:** 13.629.827/0001-00
ESFERA: Nacional **UF:** BR
Nº Banco: 001
Nº Agência: 2962
DV(Agência): 9
Nº Conta 18677-5
DV(Conta): 5

PROCEDÊNCIA		JANEIRO R\$	FEVEREIRO R\$	MARÇO R\$	ABRIL R\$	MAIO R\$	JUNHO R\$	JULHO R\$	AGOSTO R\$	SETEMBRO R\$	OUTUBRO R\$	NOVEMBRO R\$	DEZEMBRO R\$	TOTAL R\$
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	3.622.159,19	0,00	8.142.266,44	0,00	5.924.706,37	3.602.097,97	3.044.744,22	2.774.969,95	2.774.969,95	3.762.052,43	3.778.176,04	5.648.241,84	43.074.384,40
		0,00	0,00	42,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	954,45	0,00	0,00	997,60
TOTAL														43.075.382,0

PSL

Data e hora de impressão: 25/04/2018 às 19:46



JUSTIÇA ELEITORAL
DEMOSNTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL PSL - PARTIDO SOCIAL LIBERAL N° PARTIDO: 17 CNPJ: 01.209.414/0001-98
ESFERA: Nacional UF: BR

N° Banco: 001
N° Agência: 2883
DV(Agência): 5
N° Conta: 412600-9
DV(Conta): 9

PROCEDÊNCIA		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CNPJ nº		RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	501.988,32	0,00	1.128,420,81	0,00	821,094,992,084,07	421,960,707	384,577,545	384,577,94	521.375,87	261.805,20	397.341,60		5.322.355,27
TOTAL														5.322.355,27

PSOL

Data e hora de impressão: 29/04/2018 às 18:13



JUSTIÇA ELEITORAL
DEMOSNTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL PSOL - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE N° PARTIDO: 50 CNPJ: 06.954.942/0001-95
ESFERA: Nacional UF: BR

N° Banco: 001
N° Agência: 2883
DV(Agência): 5
N° Conta: 905050-7
DV(Conta): 7

PROCEDÊNCIA		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CNPJ nº		RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	0,00	0,00	2.519,336,28	0,00	1.833,191,22	1.114,542,05	942,088,61	858,616,48	858.616,48	1.164.034,31	1.169.023,19	1.748.272,63	12.207.721,25
TOTAL														12.207.721,2

NOVO



Data e hora de impressão: 27/04/2018 às 12:41



P3000020000BR4129460A

JUSTIÇA ELEITORAL

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO
EXERCÍCIO 2017

PARTIDO/SIGL NOVO - PARTIDO NOVO

Nº PARTIDO: 30

CNPJ: 13.405.866/0001-24

ESFERA: Nacional

UF: BR

Nº Banco: 001
 Nº Agência: 1526
 DV(Agência): 1
 Nº Conta: 25417-7
 DV(Conta): 7


PROCEDÊNCIA		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CNPJ nº		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	00.509.018/0001-13	86.728,32	0,00	194.956,06	0,00	141.860,09	86.247,98	72.902,80	66.443,38	66.443,38	90.077,90	90.463,96	135.223,66	1.031.347,53
TOTAL														1.031.347,53

PT

www.tse.jus.br/internet/prestacao_contas/partidos/2017/PT/TSE-demonstrativo-de-receitas-e-gastos-2017-PT.pdf

MODELO 01 DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
PARTIDO DOS TRABALHADORES	
ÓRGÃO DO PARTIDO: DIREÇÃO NACIONAL	
TÍTULO DA CONTA	TOTAL - R\$
RECEITAS	123.101.912,78
Receitas Operacionais	123.101.912,78
Receitas Operacionais - Fundo Partidário	103.810.506,27
Cotas Recebidas em Recursos Financeiros	93.541.208,38
Cotas Recebidas	93.541.208,38
Receitas Sobras de Campanha Financ. - Fundo Partidário	473,00
Candidatos	473,00
Receitas Financeiras	1.228.752,89
Descontos Obtidos - Fundo Partidário	4.628,99
Rendimento de Aplicação Financeira - Fundo Partidário	1.133.941,12
Outras Receitas Financeiras	90.182,78
Outras Receitas Diversas	9.040.072,00
Outras Receitas Diversas	9.040.072,00
Receitas Operacionais - Outros Recursos	19.291.406,51
Receitas de Doações	1.305.686,00
Doações de Pessoas Físicas - Em Recursos Financeiros	1.305.686,00
Receita de Contribuições	17.936.509,81
Parlamentares e Cargos Executivos	10.056.779,90
Filiados e Cargos Confiança	2.444.186,22
Dirigentes	2.258.607,90
Filiados Padrão	3.176.935,79
Receitas Financeiras	10.276,04
Descontos Obtidos	4.193,38
Outras Receitas Financeiras	6.082,66
Rendimento de Aplicação Financeira - Outros Recursos	0,00
Receitas Sobras de Campanha Financ. - Outros Recursos	414,66
Candidatos	412,75
Comitês	1,91
Outras Receitas Operacionais	38.520,00
Recuperação de Despesas	1.020,00

PV



JUSTIÇA ELEITORAL
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E GASTOS
EXERCÍCIO 2017

Data e hora de impressão: 26/04/2018 às 09:25
P43000200000BR3389286A

PARTIDO/SIGL: PV - PARTIDO VERDE Nº PARTIDO: 43 CNPJ: 31.886.963/0001-68
ESFERA: Nacional UF: BR

PERÍODO: 01/01/2017 a 31/12/2017
NATUREZA DO RECURSO: FINANCEIRO

Código	Elenco de Origens	Fonte do Recurso	Valor Total
4.1.1.01.01.01	FUNDO PARTIDÁRIO - DIREÇÃO NACIONAL - Cotas recebidas em recursos financeiros - Tribunal Superior Eleitoral	Fundo Partidário	13.646.917,62
4.1.2.03.01.02	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS PARA MANUTENÇÃO DO PARTIDO - Recebidas de direções estaduais	Outros Recursos	247.717,48
Total de Recebimentos			13.894.635,10

PSC

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E GASTOS	
PARTIDO:	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC
EXERCÍCIO:	2017
ESFERA:	NACIONAL
CNPJ:	01.450.856/0001-21
Descrição ou título de conta	VALOR
II. RECEITAS RECEBIDAS⁵⁴	
RECEITAS DA ATIVIDADE COM O FUNDO PARTIDÁRIO	18.472.074,27
COTAS RECEBIDAS DO FUNDO PARTIDÁRIO	
- Recebidas do Tribunal Superior Eleitoral	18.372.246,62
- Recebidas da Direção Nacional	-
- Recebidas da Direção Estadual	-
- Recebidas da Direção Municipal	-
OUTRAS RECEITAS (55) (Sobras Financeiras de Campanha - Candidatos)	
OUTRAS RECEITAS (55) (Rendimentos de Aplicações Financeiras)	98.269,97
OUTRAS RECEITAS (55) (Recebido Cotas)	911,34
OUTRAS RECEITAS (55) (Outros Recursos Financeiros)	161,90
OUTRAS RECEITAS (55) (Outros Recursos Diversos)	484,44
RECEITAS DA ATIVIDADE PARTIDÁRIA COM OUTROS RECURSOS	102.894,28
DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS PARA MANUTENÇÃO ORDINÁRIA	102.470,00
DOAÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS PARA MANUTENÇÃO ORDINÁRIA	-
CONTRIBUIÇÕES DE FILIADOS	-
DOAÇÕES PARA CAMPANHAS ELEITORAIS	-
- Pessoas físicas	-
- Pessoas jurídicas	-
- Recebidas da Direção Nacional	-
- Recebidas de direções estaduais	-
- Recebidas de direções municipais	-
- Recebidas de candidatos	-
- Recebidas de comitês financeiros	-
- Recebidas de outros partidos políticos	-
SOBRAS DE CAMPANHA	425,28
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	-
- Recebidas da Direção Nacional	-
- Recebidas de direções Estaduais	-
- Recebidas de direções Municipais	-
OUTRAS RECEITAS (56)	-
JUROS E OUTRAS RENDAS	-
GANHOS COM ATIVOS	-

APÊNDICE B

DECLARAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

MPSPMINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULOPROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL
FUNDAÇÕES**CONCLUSÃO**

Aos 31 de maio de 2019, faço estes autos conclusos ao Dr. AIRTON GRAZZIOLI - DD. Promotor de Justiça Cível de Fundações. Eu, _____, Analista Jurídico I, digitei.

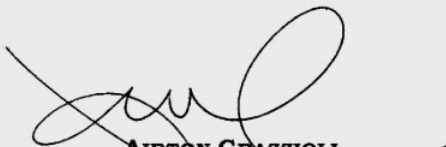
Vistos.

Trata-se de pedido apresentado por _____ por meio do qual requer a esta Promotoria de Justiça de Fundações que seja remetido cópias de demonstrativos contábeis referentes ao Instituto Álvaro Valle - PR e Instituto Liberdade e Cidadania - DEM, para fins de instruir sua tese de mestrado.

Ao compulsar os registros internos, verifica-se que tais entidades não estão submetidas ao velamento desta Promotoria de Justiça, o que impossibilita o atendimento ao quanto requerido.

Informe o peticionante remetendo-lhe cópia da presente deliberação.

São Paulo, 31 de maio de 2019.


AIRTON GRAZZIOLI
Promotor de Justiça Cível de Fundações
Curador de Fundações

APÊNDICE C

DEMONSTRATIVOS CONTÁVEIS DA FRB

Conta Contábil / Descrição da Conta	IVM	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.1.02.03.03 IRRF s/ salários e ordenados a recolher	45,1	-7.969,15	41.085,59	44.681,56	-11.585,12
2.1.1.02.03.04 Pts, Cofins e Cial a recolher	16,5	-1.295,56	12.841,45	13.054,86	-1.508,99
2.1.1.03 OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,0	0,00	15.953,90	15.953,90	0,00
2.1.1.03.01 OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,0	0,00	15.953,90	15.953,90	0,00
2.1.1.03.01.02 Honorários e serviços técnico-profissionais a pagar	0,0	0,00	9.288,81	9.288,81	0,00
2.1.1.03.01.04 Seguros a pagar	0,0	0,00	6.165,09	6.165,09	0,00
2.1.1.03.01.07 Outras obrigações a pagar	0,0	0,00	500,00	500,00	0,00
2.1.2 PASSIVO CIRCULANTE - DOAÇÃO	0,0	0,00	4.780,03	4.780,03	0,00
2.1.2.01 FORNECEDORES	0,0	0,00	1.857,05	1.857,05	0,00
2.1.2.01.01 FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	0,0	0,00	1.857,05	1.857,05	0,00
2.1.2.01.01.01 Fornecedores de bens	0,0	0,00	977,05	977,05	0,00
2.1.2.01.01.02 Prestadores de serviços	0,0	0,00	880,00	880,00	0,00
2.1.2.02 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E FISCAIS	0,0	0,00	521,17	521,17	0,00
2.1.2.02.02 OBRIGAÇÕES SOCIAIS	0,0	0,00	384,82	384,82	0,00
2.1.2.02.02.01 Previdência social a recolher	0,0	0,00	384,82	384,82	0,00
2.1.2.02.03 OBRIGAÇÕES FISCAIS	0,0	0,00	136,35	136,35	0,00
2.1.2.02.03.02 ISS retido na fonte a recolher	0,0	0,00	136,35	136,35	0,00
2.1.2.03 OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,0	0,00	2.401,81	2.401,81	0,00
2.1.2.03.01 OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,0	0,00	2.401,81	2.401,81	0,00
2.1.2.03.01.02 Honorários e serviços técnico-profissionais a pagar	0,0	0,00	2.401,81	2.401,81	0,00
2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-68,2	-7.478.238,00	6.393.355,94	1.293.355,94	-2.378.238,00
2.3.1 PATRIMÔNIO SOCIAL	-68,4	-7.455.712,42	6.387.046,35	1.291.383,77	-2.360.049,84
2.3.1.01 PATRIMÔNIO SOCIAL FUNDO PARTIDÁRIO	-68,4	-7.455.712,42	6.387.046,35	1.291.383,77	-2.360.049,84
2.3.1.01.02 RESERVAS	-100,0	-5.920.382,34	5.920.382,34	0,00	0,00
2.3.1.01.02.01 Reservas estatutárias	-100,0	-820.382,34	820.382,34	0,00	0,00
2.3.1.01.02.02 Outras reservas	-100,0	-5.100.000,00	5.100.000,00	0,00	0,00

BALANCETE ANALÍTICO S/ TRANSF. L/P - ACUMULADO

Folha: 00004

FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA

SCS QUADRA 02 BLOCO C EDIFÍCIO VITÓRIA 5 ANDAR ASA SUL BRASÍLIA/DF CEP: 70302-913

CNPJ: 08.840.064/0001-02 Registro: 00008160 do Livro n. A-18 Registro: Cartório em 09/04/2007

Emissão: 28/05/2018

Período: 01/2017 até 12/2017

Conta Contábil / Descrição da Conta	IVM	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.1.1.01.02.03 Taxas de condomínios	0,0	0,00	62.508,00	0,00	62.508,00
3.1.1.01.03 DESPESAS COM TRANSPORTES E DESLOCAMENTOS	0,0	0,00	31.510,14	0,00	31.510,14
3.1.1.01.03.01 Passagens aéreas	0,0	0,00	6.239,45	0,00	6.239,45
3.1.1.01.03.02 Hospedagens e estadias	0,0	0,00	2.205,50	0,00	2.205,50
3.1.1.01.03.04 Combustíveis, óleos e lubrificantes	0,0	0,00	22.349,19	0,00	22.349,19
3.1.1.01.03.05 Serviços de táxi	0,0	0,00	202,00	0,00	202,00
3.1.1.01.03.07 Fretes e carretos	0,0	0,00	514,00	0,00	514,00
3.1.1.01.04 SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS	0,0	0,00	478.780,69	0,00	478.780,69
3.1.1.01.04.01 Serviços contábeis	0,0	0,00	22.488,00	0,00	22.488,00
3.1.1.01.04.02 Serviços de informática	0,0	0,00	185.523,69	0,00	185.523,69
3.1.1.01.04.03 Serviços de consultoria jurídica	0,0	0,00	55.935,00	0,00	55.935,00
3.1.1.01.04.05 Serviços de manutenção em telefonia	0,0	0,00	2.571,18	0,00	2.571,18
3.1.1.01.04.06 Serviços de publicidade e propaganda	0,0	0,00	103.200,00	0,00	103.200,00
3.1.1.01.04.07 Serviços de análise, opinião e formação política	0,0	0,00	82.500,00	0,00	82.500,00
3.1.1.01.04.08 Serviços de auditoria	0,0	0,00	18.753,32	0,00	18.753,32
3.1.1.01.04.99 Outros serviços técnicos e profissionais	0,0	0,00	7.809,50	0,00	7.809,50
3.1.1.01.05 MATERIAL DE CONSUMO	0,0	0,00	21.998,61	0,00	21.998,61
3.1.1.01.05.01 Materiais de expediente	0,0	0,00	8.547,66	0,00	8.547,66
3.1.1.01.05.02 Materiais impressos	0,0	0,00	779,60	0,00	779,60
3.1.1.01.05.03 Materiais de informática	0,0	0,00	3.325,32	0,00	3.325,32
3.1.1.01.05.04 Materiais de copa e cozinha	0,0	0,00	5.498,61	0,00	5.498,61
3.1.1.01.05.05 Materiais de limpeza e higiene	0,0	0,00	3.308,81	0,00	3.308,81
3.1.1.01.05.06 Materiais de decoração e ornamentação	0,0	0,00	42,90	0,00	42,90
3.1.1.01.05.99 Outros materiais de consumo	0,0	0,00	495,71	0,00	495,71

3.1.1.01.07	SERVIÇOS E UTILIDADES	0,0	0,00	58.232,31	0,00	58.232,31
3.1.1.01.07.01	Energia elétrica	0,0	0,00	15.184,28	0,00	15.184,28
3.1.1.01.07.02	Água e esgoto	0,0	0,00	4.586,76	0,00	4.586,76
3.1.1.01.07.03	Telecomunicações e internet	0,0	0,00	36.495,82	0,00	36.495,82
3.1.1.01.07.04	Serviços postais	0,0	0,00	488,50	0,00	488,50
3.1.1.01.07.05	Serviços de limpeza	0,0	0,00	312,85	0,00	312,85
3.1.1.01.07.07	Cópias, encadernações e serviços similares	0,0	0,00	41,80	0,00	41,80
3.1.1.01.07.08	Serviços cartorários	0,0	0,00	1.122,30	0,00	1.122,30
3.1.1.01.08	TRIBUTOS	0,0	0,00	8.374,46	0,00	8.374,46
3.1.1.01.08.01	IPTU	0,0	0,00	7.169,28	0,00	7.169,28
3.1.1.01.08.03	Taxes	0,0	0,00	537,10	0,00	537,10
3.1.1.01.08.04	IOF	0,0	0,00	568,08	0,00	568,08
3.1.1.01.09	DESPESAS GERAIS	0,0	0,00	38.819,73	0,00	38.819,73
3.1.1.01.09.01	Assinaturas e aquisições de periódicos	0,0	0,00	358,80	0,00	358,80
3.1.1.01.09.03	Seguros	0,0	0,00	5.625,88	0,00	5.625,88
3.1.1.01.09.04	Manutenção, conservação e reparos de bens	0,0	0,00	15.325,72	0,00	15.325,72
3.1.1.01.09.06	Despesas com Lanches e Refeições	0,0	0,00	10.847,38	0,00	10.847,38
3.1.1.01.09.99	Outras despesas gerais	0,0	0,00	6.062,00	0,00	6.062,00
3.1.1.01.10	DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	0,0	0,00	133.729,26	28.366,41	105.362,85
3.1.1.01.10.01	Depreciação	0,0	0,00	102.725,15	28.258,50	74.466,65
3.1.1.01.10.02	Amortização	0,0	0,00	31.004,11	107,91	30.896,20
3.1.1.02	DESPESAS COM PROJETOS - FUNDO PARTIDÁRIO	0,0	0,00	341.642,01	684,62	340.957,39
3.1.1.02.01	CURSOS DE POLÍTICA	0,0	0,00	66.912,29	684,62	66.247,67
3.1.1.02.01.01	Passagens Aéreas com curso de política	0,0	0,00	12.795,01	684,62	12.130,39
3.1.1.02.01.02	Hospedagens com curso de política	0,0	0,00	1.811,57	0,00	1.811,57
3.1.1.02.01.03	Outras despesas com curso de política	0,0	0,00	26.305,71	0,00	26.305,71
3.1.1.02.01.04	Curso de liderança feminina - tutorial	0,0	0,00	15.300,00	0,00	15.300,00
3.1.1.02.01.05	Curso de liderança feminina - palestras	0,0	0,00	10.700,00	0,00	10.700,00
3.1.1.02.02	DESPESAS COM EVENTOS REALIZADOS	0,0	0,00	66.941,76	0,00	66.941,76
3.1.1.02.02.03	Outras despesas com eventos realizados	0,0	0,00	66.941,76	0,00	66.941,76
3.1.1.02.03	DESPESAS NA PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS	0,0	0,00	1.374,55	0,00	1.374,55
3.1.1.02.03.01	Despesas na participação de eventos	0,0	0,00	1.374,55	0,00	1.374,55
3.1.1.02.04	DESPESAS COM CURSOS DE IDIOMAS	0,0	0,00	27.882,54	0,00	27.882,54

3	DESPESAS	0,0	0,00	2.699.665,44	71.328,62	2.628.336,82
3.1	DESPESAS DA ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO	0,0	0,00	2.699.665,44	71.328,62	2.628.336,82
3.1.1	DESPESAS EFETUADAS COM FUNDO PARTIDÁRIO	0,0	0,00	2.692.936,80	71.007,12	2.621.939,78
3.1.1.01	MANUTENÇÃO DE SEDES E SERVIÇOS - FUNDO PARTIDÁRIO	0,0	0,00	2.350.457,79	70.432,50	2.280.025,29
3.1.1.01.01	PESSOAL	0,0	0,00	1.336.148,26	42.066,00	1.294.082,17
3.1.1.01.01.01	Salários e ordenados	0,0	0,00	706.764,58	27.115,12	679.649,46
3.1.1.01.01.02	Férias	0,0	0,00	81.279,14	3,92	81.275,22
3.1.1.01.01.03	13º salário	0,0	0,00	63.875,86	0,00	63.875,86
3.1.1.01.01.04	Previdência social	0,0	0,00	218.162,19	156,35	218.006,84
3.1.1.01.01.05	FGTS	0,0	0,00	81.807,54	0,00	81.807,54
3.1.1.01.01.06	PIS sobre folha de pagamento	0,0	0,00	8.286,16	0,00	8.286,16
3.1.1.01.01.07	Seguro de vida de empregados	0,0	0,00	593,11	0,00	593,11
3.1.1.01.01.08	Alimentação do trabalhador	0,0	0,00	117.393,63	1.705,00	115.678,63
3.1.1.01.01.09	Auxílio-transporte	0,0	0,00	18.632,19	13.086,70	5.545,48
3.1.1.01.01.10	Assistência médica e social	0,0	0,00	860,00	0,00	860,00
3.1.1.01.01.11	Rescisão de contrato de trabalho	0,0	0,00	28.246,56	0,00	28.246,56
3.1.1.01.01.14	Uniformes e Vestimentas	0,0	0,00	494,60	0,00	494,60
3.1.1.01.01.99	Outras despesas com pessoal	0,0	0,00	9.962,71	0,00	9.962,71
3.1.1.01.02	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS	0,0	0,00	242.884,28	0,00	242.884,28
3.1.1.01.02.01	Locação de bens móveis	0,0	0,00	3.060,48	0,00	3.060,48
3.1.1.01.02.02	Locação de bens imóveis	0,0	0,00	177.296,80	0,00	177.296,80

3.1.1.02.01	CURSOS DE POLÍTICA	0,0	0,00	66.912,29	684,62	66.247,67
3.1.1.02.01.01	Passagens Aéreas com curso de política	0,0	0,00	12.795,01	684,62	12.130,39
3.1.1.02.01.02	Hospedagens com curso de política	0,0	0,00	1.811,57	0,00	1.811,57
3.1.1.02.01.03	Outras despesas com curso de política	0,0	0,00	26.305,71	0,00	26.305,71
3.1.1.02.01.04	Curso de liderança feminina - tutorial	0,0	0,00	15.300,00	0,00	15.300,00
3.1.1.02.01.05	Curso de liderança feminina - palestras	0,0	0,00	10.700,00	0,00	10.700,00
3.1.1.02.02	DESPESAS COM EVENTOS REALIZADOS	0,0	0,00	66.941,76	0,00	66.941,76
3.1.1.02.02.03	Outras despesas com eventos realizados	0,0	0,00	66.941,76	0,00	66.941,76
3.1.1.02.03	DESPESAS NA PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS	0,0	0,00	1.374,55	0,00	1.374,55
3.1.1.02.03.01	Despesas na participação de eventos	0,0	0,00	1.374,55	0,00	1.374,55
3.1.1.02.04	DESPESAS COM CURSOS DE IDIOMAS	0,0	0,00	27.882,54	0,00	27.882,54
3.1.1.02.04.01	Despesas com cursos de idiomas	0,0	0,00	27.882,54	0,00	27.882,54
3.1.1.02.05	DESPESAS COM A FACULDADE REPUBLICANA	0,0	0,00	177.266,87	0,00	177.266,87
3.1.1.02.05.01	Despesas com a faculdade republicana	0,0	0,00	177.266,87	0,00	177.266,87

APÊNDICE D
DEMONSTRATIVOS CONTÁVEIS DA FJM

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017
Aluguéis e condomínios	(211.962,52)
Serviços prestados por pessoas jurídicas	(2.630.684,03)
Viagens e hospedagens	(1.028.750,49)
Honorários contábeis e advocatícios	(124.139,75)
Manutenção e conservação de instalações	(12.386,05)
Material de escritório e expediente	(24.345,32)
Água, esgoto, energia	(18.479,87)
Telefone, fax, correios, NET SKY	(91.910,75)
Jornais e revistas	(4.731,96)
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	(256.716,07)
Taxas públicas e cartoriais	(2.181,95)
Despesas com produções e eventos	(1.358.010,05)
Manutenção e conservação de veículos	(13.810,46)
Depreciações e amortizações	(117.420,89)
Despesas com condução, estacionamento e taxi	(113,58)
Seguros diversos, IPVA	(9.338,42)
Bolsa de estudos, cursos e treinamentos	(277.825,94)
Execução de Convênios	(292.560,00)
Total	(6.475.368,10)

14. REVERSÃO DE SOBRAS DO FUNDO PARTIDÁRIO

A Fundação reverteu ao Partido Socialista Brasileiro – PSB, as sobras do Fundo Partidário no exercício financeiro de 2017 no montante de R\$ 800.00,00 (R\$ 5.050.000,00 em 2016) conforme previsto no seu Estatuto aprovado em 2016. Essa reversão atendeu ao §6º do art. 44 da Lei nº 9.096/1995, introduzido pela Lei nº 12.891/2013, conforme legislação em vigor.

A entidade optou em contabilizar no resultado do exercício a devolução das sobras do Fundo Partidário ao PSB - Partido Socialista Brasileiro, pois entende que a transação não preenche os requisitos para o reconhecimento direto no patrimônio líquido.

12. DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Despesas com pessoal	31/12/2017
Ordenados e salários	(1.256.813,34)
Férias	(154.859,08)
13º Salário	(117.266,60)
FGTS	(120.150,73)
INSS	(420.544,33)
PIS sobre folha de pagamento	(15.024,68)
Serviços prestados por pessoa física	-
Auxílios e benefícios	(278.600,96)
Aviso prévio e indenizações	-
Total	(2.363.259,72)

CARVALHO & GUERRA ASSESSORIA CONTABIL



APÊNDICE E


CARTÕES DE CNPJ

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.310.463/0001-12 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/07/1996	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO TEOTONIO VILELA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO Q SGAS 607	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CONJ B SALA 225	
CEP 70.200-670	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO consulthabil@terra.com.br		TELEFONE (61) 3424-0558	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 38.050.712/0001-98 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/06/1993
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO JOAO MANGABEIRA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO R SHIS QI 05 CONJUNTO 02 CASA 02	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 71.615-020	BAIRRO/DISTRITO LAGO SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (61) 3365-4099		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.489.206/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/10/1996
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R FRANCISCO CRUZ	NÚMERO 234	COMPLEMENTO
CEP 04.117-091	BAIRRO/DISTRITO VILA MARIANA	MUNICÍPIO SAO PAULO
		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO fpabramo@fpabramo.org.br		TELEFONE (011) 5571-4299
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/07/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.454.344/0001-94 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/11/2002
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO HERBERT DANIEL				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) HERBERT DANIEL			PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO *****		NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF **	
ENDEREÇO ELETRÔNICO dfconsultores@uol.com.br		TELEFONE (61) 3366-1569 / (61) 3321-2160		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/10/2018		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSAO DE DECLARACOES				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.964.588/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/04/1997
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO DE ESTUD POLIT ECON E SOCIAIS ALBERTO PASQUALINI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDAÇÃO ALBERTO PASQUALINI - FAP			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO RU SETE DE SETEMBRO	NÚMERO 141	COMPLEMENTO SALA 301	
CEP 20.050-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/05/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.593.544/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/06/1998
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO ALVARO VALLE DE ESTUDOS POLITICOS E SOCIAIS - INSTITUTO ALVARO VALLE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO Q SHS QUADRA 6 CONJUNTO A BLOCO A	NÚMERO 903	COMPLEMENTO SALA 903
CEP 70.316-102	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA
		UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (61) 3202-9922 / (61) 3051-4850	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.628.131/0001-18 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/06/1981
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARAES				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada				
LOGRADOURO PC DOS TRES PODERES CAMARA DOS DEPUTADOS ANEXO I 26 ANDAR		NÚMERO SN	COMPLEMENTO SALA 2601/2604	
CEP 70.160-900	BAIRRO/DISTRITO PRACA DOS TRES PODERES - PLANO PILOTO	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF	
ENDEREÇO ELETRÔNICO fug@fugpmdb.org.br		TELEFONE (61) 3325-5510 / (51) 3325-5511		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.420.018/0001-42 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/11/1975
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS PAPERQ E ESTUDOS POLITICOS				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO PC DOS TRES PODERES		NÚMERO SN	COMPLEMENTO CAMARA DO DEPUTADOS	
CEP 70.100-000	BAIRRO/DISTRITO PLANO PILOTO	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.920.138/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2011
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO INSTITUTO DE INOVAÇÃO & GOVERNANÇA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INDIGO	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO Q SHS QUADRA 06, CONJUNTO A, BLOCO A, SALA 906, PARTE 1	NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 70.316-102	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA
		UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO consulthabil@terra.com.br	TELEFONE (61) 3322-1721	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/05/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.895.913/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/08/2013
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO ESPACO DEMOCRATICO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ESPACO DEMOCRATICO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO R SANTO ANTONIO	NÚMERO 182 /	COMPLEMENTO 184 - ANDAR 14
CEP 01.314-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO SÃO PAULO
ENDEREÇO ELETRÔNICO SECRETARIA@ESPACODEMOCRATICO.ORG.BR		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO SECRETARIA@ESPACODEMOCRATICO.ORG.BR		TELEFONE (11) 3469-0055
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/08/2013
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.840.064/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/04/2007
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO Q SEPS 713/913	NÚMERO E	COMPLEMENTO BLOCO E EDIF CNC TRADE PAVMTO1 E 2 SALA 101 E 201	
CEP 70.390-135	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRB.PRESTACAODECONTAS@GMAIL.COM		TELEFONE (61) 3321-1112	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/04/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.610.922/0002-64 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/12/1988
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO TANCREDO NEVES DE ESTUDOS POLITICOS E SOCIAIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV AUGUSTO DE LIMA	NÚMERO 407	COMPLEMENTO SALA 1410
CEP 30.190-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.076.446/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/08/2007
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO LAURO CAMPOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO LAURO CAMPOS	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO AL BARAO DE LIMEIRA	NÚMERO 1400	COMPLEMENTO
CEP 01.202-002	BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO
		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO sergioromay@bol.com.br	TELEFONE (11) 2985-6173	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.459.869/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/03/2011
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO TRABALHISTA NACIONAL - FTN		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO ST SHIN CA 05 C.J. J BL. A SL. 110	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 71.503-505	BAIRRO/DISTRITO LAGO NORTE	MUNICÍPIO BRASILIA
		UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO inteli@solar.com.br	TELEFONE (61) 3323-9146	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.605.693/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/12/2014
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO DA ORDEM SOCIAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDAÇÃO DA ORDEM SOCIAL	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO ST SHIS QL 26 CONJUNTO 1	NÚMERO 17	COMPLEMENTO LAGO SUL
CEP 71.665-115	BAIRRO/DISTRITO SETOR DE HABITACOES INDIVIDUAIS SUL	MUNICÍPIO BRASILIA
		UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO FUNDACAOCONTABIL@OUTLOOK.COM	TELEFONE (61) 3253-9090 / (61) 9679-2698	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/12/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 53.720.967/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/05/1988
NOME EMPRESARIAL APM DA EE DEPUTADA IVETE VARGAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO EST DO RIO PEQUENO	NÚMERO 2700	COMPLEMENTO	
CEP 09.450-000	BAIRRO/DISTRITO VL PALMIRA	MUNICÍPIO RIO GRANDE DA SERRA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.152.286/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/09/2014	
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO PRIMEIRO DE MAIO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO R ANTONIO TAVARES	NÚMERO 173	COMPLEMENTO	
CEP 01.542-010	BAIRRO/DISTRITO CAMBUCI	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO LEGAL@COANCONTABIL.COM.BR	TELEFONE (11) 3855-3439		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/09/2014		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.883.037/0001-17 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/05/2007
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO BARÃO E VISCONDE DE MAUA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO OTR SHIS QL 05 BL F	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO SALA 201	
CEP 71.615-540	BAIRRO/DISTRITO LAGO SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO LUCAS.AG.ADV@HOTMAIL.COM		TELEFONE (31) 3284-2917 / (31) 8809-7747	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/05/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.575.883/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/12/2000
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO ASTROJILDO PEREIRA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO ST SEPN 509 BLOCO D	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO EDIF ISIS LOJA 27/28
CEP 70.748-900	BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF	TELEFONE (61) 3224-2269	
ENDEREÇO ELETRÔNICO EMILIO@ECB.CNT.BR		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	